



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2017
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PROCESSO N.º:	174173/2017
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CNPJ:	03.238.672/0001-28
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas:	DANIEL ROSA DO LAGO
RELATOR:	JAQUELINE MARIA JACOBSEN MARQUES
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	PORTO ALEGRE DO NORTE
NÚMERO OS:	6045/2018
EQUIPE TÉCNICA:	EDSON REIS DE SOUZA, IRIS CONCEIÇÃO SOUZA DA SILVA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTORES.....	6
3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA.....	6
4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO.....	7
4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município).....	7
4.1.1. Plano Plurianual - PPA.....	7
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	8
4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA.....	8
4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.....	9
4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo.....	11
4.1.4.1. Execução Orçamentária.....	11
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	13
5.1. Responsabilidade Técnica.....	13
5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).....	13
5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER).....	13
5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED).....	14
5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)....	14
5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).....	15
5.3.1. Restos a pagar.....	15
5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar.....	15
5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar.....	16
5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros).....	16
5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).....	17
5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS.....	17
5.4.2. Dívida Pública.....	18
5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE.....	18
5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC).....	19
5.4.2.3. Quociente de Dispendios da Dívida Pública (QDDP).....	19
5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	20
5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	22
5.6.1. Despesa Total.....	22
5.6.2. Educação.....	23
5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais.....	23
5.6.2.1.1. Ensino.....	23
5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.....	23
5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação.....	24
5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal.....	24
5.6.3. Saúde.....	27
5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais.....	27
5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde.....	28
5.6.3.2.1. Indicadores da saúde.....	28



5.6.4. Pessoal.....	30
5.6.4.1. Regime Previdenciário.....	30
5.6.4.2. Limites Legais.....	30
5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	32
5.8. TRANSPARÊNCIA.....	32
5.8.1. Audiências públicas.....	33
5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.....	33
5.8.3. Conselhos.....	34
5.8.4. Conselhos Tutelares.....	34
5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo.....	35
6. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	35
7. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO.....	36
8. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO.....	40
9. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.....	41
10. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO.....	42
Anexo 1 - ORÇAMENTO.....	43
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período Por Unidade Orçamentária.....	43
Quadro 1.2 - Superávit Financeiro do Exercício Anterior X Créditos Adicionais Financiado por Superávit Financeiro.....	45
Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação.....	47
Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por destinação de Recursos)...	50
Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das Dotações Orçamentárias.....	52
Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas - Fontes de Financiamento.....	53
Anexo 2 - DESPESA.....	55
Quadro 2.1 - Despesas por Categoria Econômica.....	55
Quadro 2.2 - Despesa por Função de Governo.....	56
Anexo 3 - RECEITA.....	57
Quadro 3.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita.....	57
Quadro 3.2 - Receita Corrente Líquida (RCL).....	57
Quadro 3.3 - Deduções para RCL.....	58
Anexo 4 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	59
Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias).....	59
Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado.....	59
Quadro 4.3 - Receita e Despesa do RPPS - Exceto Intra.....	60
Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS.....	61
Anexo 5 - RESTOS A PAGAR.....	65
Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	65
Quadro 5.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira do Município por Fonte.....	66
Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA.....	69
Quadro 6.2 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS.....	70
Quadro 6.3 - Dívida Pública Contratada no Exercício.....	70
Quadro 6.4 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.....	70
Quadro 6.5 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS.....	70
Anexo 7 - ENSINO.....	73
Quadro 7.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF).....	73



Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados do Ensino.....	73
Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF).....	74
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	74
Quadro 7.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB.....	75
Anexo 8 - SAÚDE.....	76
Quadro 8.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.....	76
Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar da Saúde.....	76
Quadro 8.3 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	77
Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde.....	78
Anexo 9 - PESSOAL.....	79
Quadro 9.1 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF).....	79
Quadro 9.2 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF).....	80
Quadro 9.3 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	80
Quadro 9.4 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	80
Quadro 9.5 - Gastos com Pessoal Detalhado.....	82
Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL.....	85
Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF).....	85
Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF).....	85
APÊNDICE - A - PCCS.....	87
APÊNDICE - B - Despesas com pessoal em substituição.....	102
APÊNDICE - C - Despesa com merenda escolar.....	109



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos arts. 29, inciso I e 149, inciso V da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório de Auditoria com o resultado do exame das contas anuais do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE, exercício financeiro de 2017 com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado no período de 30/05/2018 a 12/06/2018 na sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 6045/2018, e em conformidade com as normas e os procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Características do Município:

Data de Criação do Município	13/05/1986
Área Geográfica	3.972,25
Distância Rodoviária do Município à Capital	1.140,6
Estimativa de População do Município - IBGE - 2017	11.995

Site:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Parecer Prévio pelo TCE-MT de 2013 a 2016

Exercício 2013	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2014	PARECER PREVIO CONTRARIO A APROVACAO
Exercício 2015	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2016	PARECER PREVIO CONTRARIO A APROVACAO

Sistema Control-P

IGFM – Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – 2013 a 2017

Trata-se de uma ferramenta que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiados pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

Mediante a análise da evolução do IGFM - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS nos últimos cinco anos é possível compreender qual é o atual cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

O indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros,



encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,8 pontos.
- Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,4 pontos.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGFM do município de PORTO ALEGRE DO NORTE em 29/05/2018 .

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2013	0,65	0,15	0,48	0,12	0,96	0,00	0,42	102
2014	0,52	0,30	0,45	0,36	0,99	0,00	0,47	101
2015	0,51	0,61	0,31	0,62	1,00	0,00	0,57	86
2016	0,43	0,61	0,79	0,79	1,00	0,00	0,69	32
2017	0,48	0,34	0,80	0,41	1,00	0,00	0,56	47

Site TCE (índice IGFM TCE-MT) RN TCE/MT 29/2014

A comparação dos indicadores relativos ao exercício de 2017 com os do exercício de 2016 indica o seguinte desempenho:

IGFM - Receita Própria

No índice de arrecadação de receita própria, que indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes, o município está classificado com Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE) por ter alcançado 0,48 pontos em 2017, resultado compreendido entre 0,4 e 0,6 pontos. Na comparação com 2016 houve aumento desse índice, pois passou de 0,43 pontos em 2016 para 0,48 pontos em 2017.

IGFM - Gasto de Pessoal

No índice de gasto com pessoal, que indica quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal, o município está classificado com Conceito D (GESTÃO CRÍTICA), por ter alcançado 0,34 pontos em 2017, resultado inferior a 0,40 pontos. Na comparação com 2016 houve queda desse índice, pois passou de 0,61 pontos em 2016 para 0,34 pontos em 2017.

IGFM - Liquidez

No índice de liquidez, que indica a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros, o município está classificado com Conceito B (BOA GESTÃO), por ter alcançado 0,80 ponto em 2017, resultado compreendido entre 0,6 e 0,8 pontos. Na comparação com 2016 houve incremento desse índice, pois passou de 0,79 pontos em 2016 para 0,80 ponto em 2017.

IGFM - Investimento

No índice de investimento, que indica o valor investido pelo município em relação à receita corrente líquida, o município está classificado com Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE), por ter alcançado 0,41 pontos em 2017, resultado compreendido entre 0,4 e 0,6 pontos. Na comparação com 2016 houve queda desse índice, pois passou de 0,79 pontos em 2016 para 0,41 pontos em 2017.

IGFM - Custo Dívida

No índice de Dívida, que avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e



amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores, o município está classificado com Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA), por ter alcançado 1,00 ponto em 2017, resultado superiores a 0,8 pontos. Na comparação com 2016 houve manutenção desse índice, pois permaneceu com 1,00 ponto em 2016 e 2017.

IGFM Geral

No IGFM Geral, indicador final da qualidade da gestão fiscal do município, no exercício de 2017, piorou em relação ao exercício de 2016, caindo de 0,69 para 0,56 pontos. Esse índice o município está classificado com Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE, por ter conseguido compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos. O município ocupa a posição 47ª no ranking da Gestão Fiscal.

2. GESTORES

As contas do Município no exercício de 2017 estiveram sob gestão dos agentes responsáveis:

Prefeito Municipal:

NOME	CARGO	PERÍODO
DANIEL ROSA DO LAGO	GESTOR	01/01/2017 a 31/12/2017

Control-p

Presidente da Câmara:

NOME:	PERÍODO:
MARCELO SILVA PIAGEM	01/01/2017 a 31/01/2017
ORLANDO PEREIRA DA SILVA	01/02/2017 a 31/12/2017

Control-P

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

a) PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Prefeitura Municipal de PORTO ALEGRE DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Administração Indireta
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL AMBIENTAL NORTE ARAGUAIA

b) PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de PORTO ALEGRE DO NORTE



4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

Este tópico trata da análise das ações de governo contempladas nas peças de planejamento do município para o exercício de 2017.

4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, incisos, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Nesse sentido, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

A seguir serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

4.1.1. Plano Plurianual - PPA

O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu art. 165, I, § 1º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento estratégico de médio prazo (4 anos), no qual estão inseridos os programas que o governo pretende realizar, ordenando as respectivas ações para que se atinja os objetivos e metas



estabelecidos nos quatro anos de mandato.

O PPA do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE para o quadriênio 2014 a 2017, foi instituído pela Lei nº 716, de 06/12/2013, e foi protocolada sob o nº 311936/13 no TCE-MT em 19/12/2013, portanto, em conformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

O PPA não foi alterado no exercício em análise.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Inovação estabelecida na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer a ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, o atingimento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA que foram priorizados na LDO.

A LDO do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE, para o exercício de 2017, foi instituída pela Lei nº 788, de 29/12/2016, foi protocolada sob o nº 239488/16 no TCE-MT em 31/12/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada.

1) A LDO dispõe sobre as matérias definidas na legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF).

4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A elaboração da LOA será orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada



com o Plano Plurianual (PPA).

A LOA do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE para o exercício de 2017 foi publicada no dia 02/01/2017 (no Diário Oficial dos Municípios) conforme Lei nº 787, de 29/12/2016, e foi protocolada sob o nº 42889/17 no TCE-MT em 16/01/2017, de acordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 35.000.000,00. Deste valor destinou-se R\$ 35.000.000,00 aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Não houve orçamento de investimento.

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e não houve orçamento de investimento (art. 165, § 5º da CF).

2) A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

4.1.3.1. Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento anual podem ocorrer fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou diminuem as necessidades coletivas planejadas, ocasionando a necessidade de se retificar o orçamento aprovado pela LOA. Essa necessidade de alteração do orçamento aprovado é viabilizada por meio da utilização dos chamados créditos adicionais.

Nesse sentido os créditos adicionais possibilitam que o orçamento anual seja readequado às reais necessidades da coletividade, consistindo em autorizações de despesas não previstas inicialmente ou insuficientemente dotadas na LOA.

Os Créditos Adicionais estão disciplinados pelos arts. 166, 167 e 168 da Constituição Federal, bem como nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/64.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE, e o correspondente orçamento final.

Créditos Adicionais do Período:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 35.000.000,00	R\$ 8.568.147,92	R\$ 1.604.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.084.820,64	R\$ 37.087.702,30	5,96%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária

Créditos Adicionais – por fonte de financiamento:



RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 7.988.995,66
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 583.327,28
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 109.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 1.462.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 28.700,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 10.172.522,94

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento.

Destaca-se que a partir do exercício de 2016 a receita estimada considerada no Histórico do Orçamento é a Receita Bruta exceto Intraorçamentária. Conforme anexo 03, quadro 3.1, tem-se que do valor da Receita Bruta (exceto Intraorçamentária) estimada de R\$ 38.042.400,07, excluiu-se o valor de R\$ 3.042.400,07 a título de Deduções de Transferências Correntes, logo o total Geral da Receita estimado líquida constante na LOA totalizou R\$ 35.000.000,00.

Dessa forma, a série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2013 a 2017, indica que a administração municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Estimada - R\$	R\$ 18.632.595,58	R\$ 22.158.613,19	R\$ 23.625.326,76	R\$ 32.865.688,30	R\$ 38.042.400,07
Variação %	-	18,92%	6,61%	39,11%	15,75%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (exercício em análise).

Da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais constatou-se o que segue:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).
- 3) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).
- 4) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa (art. 167, inc. VI, CF).
- 5) Não houve abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistente: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).



4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos:

4.1.4.1. Execução Orçamentária

Programas de Governo – Previsão e Execução:

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
0006	Administração Financeira	R\$ 1.090.000,00	R\$ 1.214.400,00	R\$ 1.197.933,03	98,64%
0003	Administração Geral	R\$ 4.977.982,45	R\$ 5.988.159,45	R\$ 5.860.644,19	97,87%
0015	Apoio a Produção Vegetal	R\$ 630.000,00	R\$ 119.059,00	R\$ 522,00	0,43%
0091	Assistência a Criança e ao Adolescente	R\$ 235.000,00	R\$ 269.187,00	R\$ 246.471,67	91,56%
0078	Assistência Ambulatorial	R\$ 290.000,00	R\$ 425.266,00	R\$ 413.967,69	97,34%
0077	Assistência Hospitalar	R\$ 2.135.000,00	R\$ 2.234.150,80	R\$ 2.139.341,95	95,75%
0090	Assistência Social em Geral	R\$ 921.000,00	R\$ 1.000.738,55	R\$ 915.594,98	91,49%
0068	Const. ou Ampliação de Infra-Est. na Rede de Ensino	R\$ 575.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	0,00%
0081	Controle Endemiológico e Epidemiológico	R\$ 60.000,00	R\$ 89.650,00	R\$ 39.129,59	43,64%
0046	Difusão Cultural	R\$ 105.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 60.006,91	96,78%
0057	Eletrificação Urbana	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0058	Energia Elétrica	R\$ 240.000,00	R\$ 132.691,82	R\$ 132.483,88	99,84%
0083	Expansão e Melhoria da Rede Física de Saúde	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0040	Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental	R\$ 3.582.108,04	R\$ 4.192.631,04	R\$ 4.138.285,91	98,70%
0039	Expansão e Melhoria do Ensino Infantil	R\$ 354.000,00	R\$ 465.900,00	R\$ 431.178,56	92,54%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
0041	Expansão e Melhoria do Ensino Medio	R\$ 45.000,00	R\$ 41.000,00	R\$ 28.958,57	70,63%
0042	Expansão e Melhoria do Ensino Superior	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0043	Expansão e Melhoria do Ensino Supletivo	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0007	Formação do Patrimonio do Servidor Publico	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 258.987,53	73,99%
0044	Incentivo ao Desporto Amador	R\$ 490.000,00	R\$ 435.228,60	R\$ 308.835,14	70,95%
0070	Industria e Comercio	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0036	Merenda Escolar	R\$ 250.000,00	R\$ 152.696,68	R\$ 152.696,66	100,00%
0066	Obras Publicas de Infra-Estrutura Urbana e Rural	R\$ 10.510.000,00	R\$ 10.196.094,88	R\$ 1.363.440,68	13,37%
0004	Planejamento Governamental	R\$ 120.000,00	R\$ 100.300,00	R\$ 100.000,00	99,70%
0017	Preservação Ambiental	R\$ 50.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 1.459.242,25	R\$ 1.459.242,25	R\$ 1.298.090,88	88,95%
0019	Produção Animal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0018	Promoção e Extensão Rural	R\$ 20.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 416.065,44	27,73%
0099	Reserva de Contigencia	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0080	Saneamento Basico	R\$ 200.000,00	R\$ 14.200,00	R\$ 11.526,56	81,17%
0079	Saude	R\$ 2.183.762,51	R\$ 3.274.121,93	R\$ 3.045.670,66	93,02%
0076	Saude da Familia	R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.394.475,41	R\$ 2.358.507,40	98,49%
0033	Serviços da Divida Fundada Interna	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0035	Transporte Escolar	R\$ 1.230.000,00	R\$ 797.462,78	R\$ 787.409,32	98,73%
0100	Transporte Urbanos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0101	Transportes Rodoviaros	R\$ 180.000,00	R\$ 31.211,76	R\$ 17.966,89	57,56%
0060	Urbanismo	R\$ 185.904,75	R\$ 10.524,35	R\$ 9.315,27	88,51%
0082	Vigilancia Sanitaria	R\$ 200.000,00	R\$ 73.810,00	R\$ 52.786,56	71,51%
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	69,52%

APLIC>Informes Mensais>Despesa>Despesa Orçamentária por Programa.



5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município.

5.1. Responsabilidade Técnica

A contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade técnica de:

Nome:	Período:	CRC:
PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA	01/01/2017 a 31/12/2017	012667/0-8

Control-P

5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil em que se comparam as receitas previstas em confronto com as realizadas, assim como as despesas fixadas e as realizadas.

Sua análise permite verificar se há compatibilidade ou não entre planejamento (valores da Lei Orçamentária) e execução, entre autorizações e realizações, em resumo, entre entradas de recursos e suas aplicações.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Orçamentário do exercício de 2017 do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE :

5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 35.000.000,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 25.687.297,31



QER	B/A	0,733
-----	-----	-------

Esse resultado indica que a receita arrecadada foi menor do que a prevista – déficit de arrecadação.

5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 37.087.702,30
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 25.785.817,92
QED	B/A	0,695

Esse resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada – economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

A seguir apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2013 a 2017:

	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Arrecadada	R\$ 17.308.087,33	R\$ 20.412.618,62	R\$ 23.293.443,49	R\$ 26.445.269,12	R\$ 27.149.797,31
Despesas Realizadas	R\$ 17.832.760,55	R\$ 21.935.982,13	R\$ 26.724.667,12	R\$ 27.353.477,98	R\$ 25.785.817,92
Resultado Orçamentário (R\$)	-R\$ 524.673,22	-R\$ 1.523.363,51	-R\$ 3.431.223,63	-R\$ 908.208,86	R\$ 1.363.979,39

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Aplic (exercício atual)

A partir de 2015, os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013 (Diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados), demonstrados no Anexo 4 – Análise dos Balanços Consolidados, Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.



O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Da análise dos quocientes do Balanço Orçamentário constatou-se o que segue:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária

A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 27.149.797,31
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 25.785.817,92
QREO	A/B	1,052

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de execução.

Não houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF).

5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Financeiro é demonstração obrigatória para a contabilidade pública.

Por meio deste demonstrativo contábil é possível analisar a gestão financeira do Município, pois representa um grande fluxo de caixa da administração pública. Evidencia o saldo financeiro do exercício anterior, que, acrescido das receitas arrecadadas e subtraído das despesas realizadas, resulta no saldo financeiro para o exercício seguinte.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Financeiro do exercício de 2017 do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE :

5.3.1. Restos a pagar

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante do Exercício. Dividem-se em processados (despesas liquidadas e não pagas) e em não processados (despesas apenas empenhadas).

5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro 5.2 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).



1) Quociente de Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS

A	Disponibilidade Bruta_Exceto RPPS	R\$ 3.657.464,07
B	Demais Obrigações Financeiras_Exceto RPPS	R\$ 108.338,48
C	Total Restos a Pagar Processados	R\$ 1.533.651,47
D	Total RP não Processados	R\$ 1.749.665,17

QDF	$(A-B)/(C+D)$	1,080
-----	---------------	-------

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,080 de disponibilidade financeira.

5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

A	Total de Inscrição no Exercício	R\$ 1.093.515,76
B	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 25.785.817,92

QIRP	A/B	0,042
------	-----	-------

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,042 foram inscritos em restos a pagar.

5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros)

Este indicador é obtido por meio da relação entre o Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior e tem por objetivo indicar o resultado financeiro sobre o saldo em espécie. Caso o indicador seja maior que 1, houve saldo financeiro positivo. Se for menor que 1, houve saldo financeiro negativo.

Esse resultado indica que o saldo financeiro foi negativo, ou seja, o saldo financeiro para o próximo exercício foi menor que o deixado no exercício anterior.



1) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

B	Saldo Financeiro do ano anterior	R\$ 3.762.426,04
A	Saldo financeiro do ano seguinte	R\$ 3.657.464,07
QRSF	A/B	0,972

O saldo que passa para o exercício seguinte é menor do que o saldo do exercício anterior. Esta situação constitui-se num saldo financeiro negativo, ou seja, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício.

5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta de forma qualitativa e quantitativa a posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Este demonstrativo é estático e pode-se dizer que representa uma "fotografia" do patrimônio do Município naquele dado momento.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Patrimonial do exercício de 2017 do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE :

5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

Este último, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.5 do Anexo 6 (Dívida Pública) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF)

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.657.464,07
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.637.378,48
QSF	A/B	1,005



Esse resultado indica que houve superávit financeiro.

5.4.2. Dívida Pública

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 5.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 5 (Dívida Pública).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente do Limite de Endividamento - QLE

B	RCL	R\$ 24.044.800,63
A	DCL	R\$ 0,00
QLE	A/B	0,000

Este resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos, pois conforme demonstrado no quadro 6.1 o município não possui dívida consolidada líquida. Portanto, cumpriu o limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).



2) O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL	R\$ 24.044.800,63
A	TOTAL DA DIVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,000

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo contratadas é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

Os Dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)



B	RCL	R\$ 24.044.800,63
A	Total Dispendios da Dívida Pública	R\$ 0,00
QDDP	A/B	0,000

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

2) A amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada estão adequados ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Da análise da Receita Consolidada constatou-se o que segue:

Para o exercício, a Receita Total prevista, inclusive Intraorçamentária, foi de R\$ 35.000.000,00, sendo arrecadado o montante de R\$ 25.687.297,31, conforme demonstrado no Quadro 3.1 do Anexo 3.

A série histórica das receitas orçamentárias do Município (Exceto Intraorçamentária), no período de 2013/2017, revela crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	R\$ 16.790.970,38	R\$ 18.680.808,23	R\$ 22.456.807,68	R\$ 24.470.430,60	R\$ 24.481.046,11
Receita Tributária	R\$ 2.520.790,69	R\$ 1.955.339,05	R\$ 2.527.287,27	R\$ 2.214.613,35	R\$ 2.545.971,43
Receita de Contribuição	R\$ 120.303,50	R\$ 85.220,35	R\$ 85.494,37	R\$ 233.058,28	R\$ 188.408,68
Receita Patrimonial	R\$ 53.588,04	R\$ 176.434,45	R\$ 443.180,28	R\$ 329.533,97	R\$ 317.325,79
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 212.956,00	R\$ 121.999,00	R\$ 27.803,00	R\$ 91.210,50	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 15.880.392,61	R\$ 18.366.406,42	R\$ 21.747.962,29	R\$ 24.250.139,00	R\$ 23.917.144,18
Outras Receitas	R\$ 125.028,84	R\$ 424.699,70	R\$ 360.059,73	R\$ 450.878,26	R\$ 701.141,44
Dedução	-R\$ 2.122.089,30	-R\$ 2.449.290,74	R\$ 2.734.979,26	-R\$ 3.099.002,76	-R\$ 3.188.945,41
Receitas de Capital	335.565,50	R\$ 1.731.810,39	R\$ 836.635,81	R\$ 1.974.838,52	R\$ 1.206.251,20
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.710,00	R\$ 158.950,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 33.556,55	R\$ 1.731.810,39	R\$ 832.925,81	R\$ 1.815.888,52	R\$ 1.206.251,20
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das receitas	R\$ 17.109.435,88	R\$ 20.412.618,62	R\$ 23.293.443,49	R\$ 26.445.269,12	R\$ 25.687.297,31



Origens das Receitas	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Tributária Própria	R\$ 2.713.605,44	R\$ 2.435.321,14	R\$ 2.855.782,14	R\$ 2.619.320,06	R\$ 2.871.584,40
% de Receita Tributária Própria	14,96%	10,25%	17,26%	-8,27%	11,17%
% Média de RTP	9,07%				

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Sistema Aplic (exercício atual)

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **(11,17)%**, conforme demonstrado no quadro anterior.

Segue abaixo quadro da Receita Tributária Própria.

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Impostos	R\$ 2.115.000,00	R\$ 2.449.653,20	85,30%
IPTU	R\$ 105.000,00	R\$ 270.984,77	9,43%
IRRF	R\$ 650.000,00	R\$ 314.700,99	10,95%
ISSQN	R\$ 760.000,00	R\$ 915.680,47	31,88%
ITBI	R\$ 600.000,00	R\$ 948.286,97	33,02%
Taxas	R\$ 62.000,00	R\$ 29.506,27	1,02%
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 220.000,00	R\$ 188.408,68	6,56%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 20.000,00	R\$ 55.483,94	1,93%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 75.000,00	R\$ 114.848,34	3,99%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 30.000,00	R\$ 33.683,97	1,17%
TOTAL	R\$ 2.522.000,00	R\$ 2.871.584,40	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria.



5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

5.6.1. Despesa Total

Para o exercício de 2017, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 37.087.702,30, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 25.785.817,92.

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2013/2017, revela aumento das despesas até 2016 e diminuição no ano de 2017, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas correntes	R\$ 17.270.700,32	R\$ 19.277.213,59	R\$ 21.778.390,93	R\$ 23.257.161,67	R\$ 24.569.374,88
Pessoal e encargos sociais	R\$ 9.589.339,81	R\$ 10.329.202,78	R\$ 10.815.563,64	R\$ 11.688.645,25	R\$ 13.257.212,83
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 990,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 7.681.360,51	R\$ 8.947.019,91	R\$ 10.962.827,29	R\$ 11.568.516,42	R\$ 11.312.162,05
Despesas de Capital	R\$ 562.060,23	R\$ 2.658.768,54	R\$ 4.946.276,19	R\$ 4.096.316,31	R\$ 1.216.443,04
Investimentos	R\$ 555.365,53	R\$ 2.658.768,54	R\$ 4.946.276,19	R\$ 4.096.316,31	R\$ 1.216.443,04
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	R\$ 6.694,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Despesas	R\$ 17.832.760,55	R\$ 21.935.982,13	R\$ 26.724.667,12	R\$ 27.353.477,98	R\$ 25.785.817,92
Variação - %		23,00%	21,83%	2,35%	-5,73%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e sistema Aplic (exercício atual)



5.6.2. Educação

5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais

5.6.2.1.1. Ensino

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2013/2017, indica que a administração municipal de PORTO ALEGRE DO NORTE vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Aplicado - %	28,30%	16,92%	17,25%	31,36%	29,58%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado de 29,58% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes



dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O art. 60, em seu inciso XII combinado com o inciso I, dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 22 da Lei 11.494/2007 dispõem que o Município destinará, no mínimo, 60% da receita do referido Fundo para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2013/2017, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - Limite Mínimo Fixado 60%					
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Aplicado - %	86,11%	78,61%	86,12%	84,73%	100,00%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB).

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 60%

O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental de 100,00% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 60% estabelecido pela legislação.

5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação

No período 2013/2017, a avaliação das políticas públicas do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017
Educação - Escore Município	6,2	6,7	6,7	6,7	6,7

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal



Apresentam-se, nesse item, os resultados de políticas públicas de educação do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: INEP e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Educação para o ano de avaliação 2014.

A partir da Tabela 1 (Resultados de políticas públicas. Educação. Rede municipal. Comparação Média Brasil) é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2017				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016			VARIÇÃO 2017/2016 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS.	INDICADOR	SCORE	OBS	
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2016)	56,12	33,57	0	I	34,29	0	I	-2,10%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016)	7,30	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016)	13,30	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016)	1,20	0,30	1	I	1,80	0	I	-83,33%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016)	4,20	4,30	0	I	2,20	1	I	95,45%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016)	15,00	1,80	1	I	1,80	1	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2016)	53,80	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2016)	50,50	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2016)	54,74	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2016)	51,47	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%

Portal do TCE. Legenda: 'I' informado; 'N/I' Não informado; 'N/A' Não se aplica.

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro.

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação (INEP).

Da análise da tabela acima verifica-se:

Em 04 indicadores o município apresentou desempenho melhor em relação a média nacional:

- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016);



- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016);
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016) e
- Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016).

O município apresentou desempenho pior que a média nacional em 02 indicadores:

- Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2016) e
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016).

Do comparativo dos indicadores de 2017 em relação ao exercício anterior verificou-se que:

O município apresentou desempenho melhor que o exercício anterior em 01 índice:

- Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2016).

O município piorou em 02 índices:

- Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2016) e
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016).

Se manteve inalterado ou N/A nos demais índices.

Recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas de educação: Considerando as análises apresentadas e visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, recomenda-se ao Plenário deste Tribunal de Contas que determine ao gestor municipal que apresente justificativas para a queda dos resultados dos indicadores abaixo relacionados:

Em relação à média Brasil:

Indicadores	Média Brasil	Média do Município em 2017
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2016)	56,12	33,57
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016)	4,20	4,30

Em relação ao ano anterior:

Indicadores	Média do Município em 2017	Média do Mur 2016
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2016)	33,57	34,29
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2016)	4,30	2,20

Sugere-se também que o Plenário determine ao gestor municipal que encaminhe plano de providências para melhorar os índices dos indicadores respectivos no prazo de 60 dias para posterior monitoramento deste Tribunal de Contas.



5.6.3. Saúde

5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Em 13 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar nº 141 atendendo ao comando do referido dispositivo constitucional.

Em seu art. 7º, a LC nº 141/2012 repetiu o disposto no inciso III do art. 77 do ADCT, ou seja, os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No período 2013/2017, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Aplicado - %	23,65%	22,40%	22,89%	23,99%	30,91%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde).

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado de 30,91% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.



5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde

No período 2013/2017, a avaliação das políticas públicas do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017
Saúde - Escore Município	5,0	6,0	3,0	7,0	5,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.3.2.1. Indicadores da saúde

A seguir, apresentam-se os resultados de políticas públicas de saúde do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política. Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: Datasus, Secretaria Estadual de Saúde e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Saúde.

A partir da Tabela 2 (Resultados de políticas públicas. Saúde. Comparação Média Brasil) é possível verificar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2017				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016			VARIÇÃO 2017/2016 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2015)	6,69	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Mortalidade Infantil (2015)	12,43	0,00	1	I	8,20	1	I	-100,00%
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2015)	66,49	61,35	0	I	70,49	1	I	-12,96%
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2016)	17,60	32,73	0	I	27,77	0	I	17,86%
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2015)	49,16	10,98	1	I	8,69	1	I	26,35%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2016)	1,22	10,98	0	I	11,99	0	I	-8,42%
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2016)	0,40	0,16	0	I	0,18	0	I	-11,11%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2017				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016			VARIÇÃO 2017/2016 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Incidência de Dengue (2016)	728,01	1.436,17	0	I	0,00	1	I	0,00%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2016)	32,46	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2016)	89,26	180,33	1	I	160,61	1	I	12,27%

Portal do TCE

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro. Os indicadores de saúde são importantes para identificar características da população, analisar uma situação existente, avaliar o cumprimento dos objetivos, as metas e suas mudanças ao longo do tempo, além de prever tendências futuras.

Com base nas tabelas acima e respectivos scores obtidos, pode se fazer a seguinte análise:

Em 05 indicadores o município apresentou desempenho melhor que a média Brasil:

- Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2015);
- Taxa de Mortalidade Infantil (2015);
- Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2015);
- Incidência de Tuberculose todas as formas (2016) e
- Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2016).

O município apresentou desempenho pior que a média nacional em 05 indicadores:

- Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2015);
- Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2016);
- Taxa de Detecção de Hanseníase (2016);
- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2016) e
- Taxa de Incidência de Dengue (2016).

Do comparativo dos indicadores de 2017 em relação ao exercício anterior verificou-se que:

Em 03 indicadores o município apresentou desempenho melhor que o exercício anterior.

- Taxa de Mortalidade Infantil (2015);
- Taxa de Detecção de Hanseníase (2016) e
- Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2016).

O município apresentou desempenho pior que o ano anterior em 04 indicadores:

- Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2015);
- Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2016);
- Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2015) e
- Taxa de Incidência de Dengue (2016).

Recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas na área de saúde:

Considerando as análises apresentadas no item anterior, e visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde, recomenda-se ao Plenário deste Tribunal de



Contas que determine ao gestor municipal que apresente justificativas para a queda dos resultados dos indicadores abaixo relacionados, em relação ao próprio desempenho anterior e à média Brasil:

Em relação à média Brasil:

Indicadores	Média Brasil	Avaliação 2017
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2015)	66,49	61,35
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2016)	17,60	32,73
Taxa de Detecção de Hanseníase (2016)	1,22	10,98
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2016)	0,40	0,16
Taxa de Incidência de Dengue (2016)	728,01	1.436,17

Em relação aos próprios índices anteriores:

Indicadores	Avaliação 2017	Avaliação 2016
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2015)	61,35	70,49
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2016)	32,73	27,77
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2015)	10,98	8,69
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2016)	0,16	0,18
Taxa de Incidência de Dengue (2016)	1.436,17	0

Sugere-se também que o Plenário que determine ao gestor municipal que encaminhe plano de providências para melhorar os índices dos indicadores respectivos no prazo de 60 dias para posterior monitoramento deste Tribunal de Contas.

5.6.4. Pessoal

5.6.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime geral de previdência social.

5.6.4.2. Limites Legais



A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi aprovada para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a intenção de se promover, entre outros, o equilíbrio das contas públicas.

A própria LRF define o que seria a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo os seguintes postulados:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As despesas com pessoal, em um passado recente, eram realizadas de maneira irresponsável por muitos gestores públicos, sendo uma das causas predominantes no constante desequilíbrio das contas públicas.

Por essa razão a LRF estabeleceu, entre outros, alguns limites relativos às despesas com pessoal e que devem ser observados pelos gestores públicos, inclusive os municipais.

Nesse sentido, o art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2013/2017, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Limite máximo Fixado - Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	53,98%	51,79%	44,92%	44,03%	52,44%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	2,82%	2,96%	2,83%	2,90%	3,32%
Limite máximo Fixado - Município	60%				
Aplicado - %	56,80%	54,75%	47,76%	46,94%	55,77%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual.

Da análise das informações é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_01

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 12.610.925,90, correspondente a 52,44% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, “b” da LRF.

Contudo, atingiu 97,11% limite máximo de 54% (52,44%/54%) superando dessa forma o limite prudencial de 95% do limite de gastos com pessoal de 51,35% previsto no parágrafo único do artigo 22 da LRF.



Assim, atingido o percentual de 95% do limite de gastos com pessoal, estará vedado ao Poder Executivo de Porto Alegre do Norte: I – conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; II – criar cargo, emprego ou função; III – alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV – prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; V – contratar hora extra, salvo no caso de convocação extraordinária do Congresso Nacional em caso de urgência ou interesse público relevante (inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição).

2) PESSOAL_02

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 799.605,52, correspondente a 3,32% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, “a” da LRF.

3) PESSOAL_03

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 13.410.531,42, correspondente a 55,77% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF.

5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O responsável pela Unidade de Controle Interno do Poder Executivo, cujos dados pessoais são os seguintes:

NOME	DATA INÍCIO	DATA FIM
KAILTON DA SILVA CASTRO	01/01/2017	31/12/2017

APLIC - Cadastro de Responsáveis.

De acordo com a Lei nº 595/2010 que instituiu o Sistema de Controle Interno – SCI do Município, a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal é autônoma.

5.8. TRANSPARÊNCIA



O tema transparência das informações públicas ganhou relevância a partir da publicação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigiu a transparência da gestão fiscal e por normativos como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Desse modo, atualmente a regra é a divulgação das informações públicas e não o sigilo, de forma que a transparência das informações tornou-se um elemento da comunicação entre o gestor e o cidadão, que deve possuir meios para avaliar se os atos públicos estão sendo praticados com eficiência e se correspondem aos anseios sociais.

Assim, nesse tópico serão analisadas algumas formas em que é exigida a divulgação de informações ou a participação da sociedade em ações públicas como audiências ou conselhos.

5.8.1. Audiências públicas

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito.

Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

- 1) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA, conforme o art. 48, parágrafo único da LRF.**
- 2) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF.**

5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

- 1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.**
- 2) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados, conforme o art. 48 da LRF.**
- 3) Os atos oficiais da administração foram publicados na imprensa oficial e em outros veículos de comunicação, quando exigido pela legislação e nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).**



5.8.3. Conselhos

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu, em muitos aspectos, a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, um desses aspectos foi a criação de vários conselhos cogestores dessas políticas (conselhos de educação, conselhos de saúde, conselhos do Fundeb), desde o âmbito municipal até o federal.

Representantes da comunidade ao atuarem nos conselhos, têm a possibilidade de contribuir para a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, o que contribui com a transparência nas alocações dos recursos e favorece a responsabilização de políticos e técnicos da administração pública.

Uma outra significativa atribuição dos conselhos refere-se à atividade de fiscalizar, em sua área de vinculação, exemplo, saúde, educação e assistência social, a gestão e aplicação dos recursos públicos.

Assim, faz-se importantíssimo que sejam disponibilizados aos conselheiros todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas atribuições. No Município de PORTO ALEGRE DO NORTE, verificou-se que:

5.8.4. Conselhos Tutelares

Os Conselhos tutelares possuem função diversa dos conselhos de fiscalização de políticas públicas, visando atender crianças e adolescentes que por quaisquer motivos tenham seus direitos ameaçados, trabalhando com medidas, genéricas e/ou específicas, de proteção. Aconselham e atendem pais e responsáveis, sendo também, em alguns casos, necessária sua atuação como agente coibidor de maus tratos, que levará ao conhecimento do Ministério Público e até à Justiça casos de infração à ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como legislações pertinentes à higidez infanto-juvenil.

A Lei 8.069/1990 determina que cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (art. 132), sendo também obrigatória a consignação no orçamento municipal de recursos necessários ao seu funcionamento, bem como a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (Parágrafo único do art. 134). Nesse contexto, torna-se fundamental o empenho da administração municipal na boa execução da missão institucional dessas instituições.

No Município de PORTO ALEGRE DO NORTE, verificou-se que:

- 1) O município possui, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar integrante da administração pública local.**
- 2) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho tutelar, bem como para a formação continuada de seus conselheiros tutelares.**
- 3) O Conselho Tutelar não é integrado por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local. NC13.**

Dispositivo Normativo:

Lei nº 8069/1990.

3.1) *O Conselho Tutelar do Município de Porto Alegre do Norte é formado por apenas 4 membros, de acordo com a Portaria 01/2017, sendo 01 presidente e 03 membros, contrariando o artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/1990.* -



NC13

De acordo com o artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da criança e adolescente, que dispõe sobre o conselho tutelar, este não pode funcionar com menos de 5 membros, sob pena de nulidade de seus atos:

Art. 132. Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte do prazo estabelecido no do art. 209, da Constituição caput do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 36/2012-TCE/MT-TP determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, obedecidos aos critérios estabelecidos no Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 03/2015-TCE/MT-TP.

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT-TP. (O envio em atraso destas Prestações de Contas são tratados separadamente às Contas de Governo em Processos de Representação Interna).

6. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2013/2017, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	7,00%	6,96%	7,00%	6,82%	6,91%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual).



1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

2) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês, houve apenas uma ocorrência fora do prazo, em 11 de novembro de 2017, porém não foi considerada relevante. (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

7. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações – decorrentes de decisões anteriores e/ou disposições legais – e/ou alertas alusivos ao descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram observados pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante de tais fatos:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2016	82503/2016	125/2017	15/12/2017	1) adote medidas preventivas e corretivas de riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio de suas contas, em atendimento ao disposto nos artigos 1º, § 1º; 4º, I, "b", e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência no déficit de execução orçamentária e financeiro;	Em 2017 o resultado da execução orçamentária foi superavitária.
				2) realize as audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais em cada quadrimestre, até no prazo limite, em obediência ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal;	Foram realizadas audiências em 2017.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				3) observe os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, colocando à disposição da sociedade as contas anuais, no prazo legal, em local apropriado e devidamente certificado, bem como confira transparência às contas públicas, disponibilizando-as em meio eletrônico;	As informações foram disponibilizadas.
				4) envie corretamente a este Tribunal, por meio do Sistema Aplic, as informações referentes aos créditos adicionais e suas respectivas fontes, necessárias ao cumprimento da boa e regular prestação de contas;	Foram enviados os créditos adicionais e suas respectivas fontes
				5) elabore e envie, tempestivamente, o Parecer da Unidade de Controle Interno;	Foi enviado o parecer do controle interno.
				6) promova ações planejadas no sentido de incrementar o índice de Receita Própria, reduzindo a dependência em relação as transferências de outros entes federados;	Na comparação com 2016 houve aumento desse índice, pois passou de 0,43 pontos em 2016 para 0,48 pontos em 2017.
				7) promova ações no sentido de incrementar cobrança efetiva da Dívida Ativa, de forma a elevar a arrecadação municipal;	Em 2017 foram arrecadados R\$ 114.848,34 de dívida ativa, contra R\$ 98.283,54 em 2016.
				8) adote medidas para a melhoria das políticas públicas de educação, em relação ao seu próprio desempenho, com vistas a melhorar os indicadores relacionados à: a) Taxa de abandono - rede municipal - até a 4ª série/5º ano EF (2015); e, b) Taxa de abandono - rede municipal - até a 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano EF (2015);	A avaliação das políticas públicas de educação foram detalhadas no corpo do relatório.
				9) adote medidas para a melhoria das políticas públicas de Educação, em relação à Média Brasil, objetivando melhorar os indicadores relacionados à: a) Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015); e, b) Taxa de abandono - rede municipal - até a 4ª série/5º ano EF (2015);	
				10) adote medidas para a melhoria das políticas públicas de saúde, em relação ao seu próprio desempenho, destinando-se a melhorar os indicadores relacionados à: a) Taxa de detecção de hanseníase (2015); e, b) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2015); e,	A avaliação das políticas públicas de saúde foram detalhadas no corpo do relatório.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				11) adote medidas para a melhoria das políticas públicas de saúde, em relação à Média Brasil, com vistas a melhorar os indicadores relacionados à: a) Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015); b) Taxa de detecção de hanseníase (2015); e, c) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nesSa faixa etária (2015).	
2015	8540/2015	91/2016	29/11/2016	1) aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação e saúde, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal por ocasião da apreciação destas contas, especialmente em relação aos seguintes indicadores: na educação: a) Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2014); e, b) Taxa de abandono - rede municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2014); na saúde: a) Taxa de mortalidade infantil (2013); b) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2013); c) Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014); d) Taxa de detecção de Hanseníase (2014); e) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2014); f) Taxa de incidência de Dengue (2014); e, g) Incidência de Tuberculose todas as formas (2014);	As determinações e recomendações constantes no Parecer nº 91/2016 foram avaliadas no processo nº 82503/2016.
				2) desenvolva políticas de educação voltadas para a melhoria desses índices, mantendo e/ou melhorando os que estão acima ou iguais aos da Média Brasil;	



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				3)apresente resultados para os indicadores: Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à média do Brasil (2014); Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4º série/5º ano) inferior à média do Brasil (2014); Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à média do Brasil (2014) e Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à média do Brasil (2014);	
				4)faça constar explicitamente nas peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices;	
				5)atente-se ao desempenho dos indicadores educacionais e de saúde que foram avaliados, para que estes não sofram um processo de queda em sua qualidade;	
				6) medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM; e,	
				7) adote medidas efetivas para reverter ou prevenir a situação de déficit orçamentário, preservando e obedecendo sempre o equilíbrio orçamentário, com a limitação de empenho e movimentação financeira, tendo ainda que cumprir as metas de resultado primário voltadas à redução da dívida, ciente de que o resultado orçamentário é calculado com base nas despesas empenhadas e na receita arrecadada.	

Control-p



8. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Em atendimento à ON, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização exceto os processos de RNI e RNE de adimplência de Contribuição Previdenciária:

Processos		Objeto da Fiscalização	Síntese do Julgamento	
Assunto	Número		Houve Julgamento?	Irregularidades
Processos de Fiscalização				
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	132705/2018	REPRESENTAÇÃO INTERNA REF. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO DE FORMA IRREGULAR E SEM PREVIA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	NÃO	Fase de citação. 1. Contratação de pessoal por tempo determinado sem a realização de processo seletivo simplificado 2. Contratação de profissionais da educação (professores), sem a realização de processo seletivo e/ou concurso público 3. Deixar de enviar, ao Tribunal de Contas, para fins de registro, o edital de abertura do Concurso Público nº 001/2010
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	134210/2018	DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENVIO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES ATE 31/12/2016.	SIM	Pendente de julgamento. REVELIA do Senhor Emival Gomes de Freitas. Descumprimento do prazo de envio de documentos e informações até 31/12/2016.
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	230049/2017	DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ENVIO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO TCE/MT, POR MEIO DO SISTEMA GEO OBRAS ATE O EXERCÍCIO DE 2016	SIM	Fase de defesa. Descumprimento do prazo de envio de documentos e informações ao TCE/MT, por meio do Sistema Geo-Obras até o exercício de 2016



Processos		Objeto da Fiscalização	Síntese do Julgamento	
Assunto	Número		Houve Julgamento?	Irregularidades
TOMADA DE CONTAS	178314/2017	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL REFERENTE AO TERMO DE CONVENIO NR 115/2011.	SIM	Fase de defesa. Termo de Convênio nº 115/2011 – Ausência de documentação referente a prestação de contas do convênio ajustado: cópia dos orçamentos feitos, justificativa para a dispensa da licitação e a comprovação da contrapartida não financeira. 2.1 Ausência de realização de procedimento licitatório para a contratação dos serviços de locações do objeto do Termo de Convênio nº 115/2011.
TOMADA DE CONTAS	247545/2017	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EM FACE DO TERMO DE CONVENIO NR 003/2010	SIM	Fase de defesa. Não recolhimento dos encargos previdenciários e IRPF

Sistema Control-P

Abaixo, relaciona-se os processos referentes à verificação de adimplência de Contribuição Previdenciária:

Processos		Objeto da Fiscalização	Síntese do Julgamento	
Assunto	Número		Houve Julgamento?	Irregularidades
Processos de Fiscalização - RNI e RNE - Contribuição Previdenciária				

Sistema Control-P

9. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não foram constatadas irregularidades reincidentes nos atos de governo.



10. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

No entendimento desta equipe, o Senhor DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito do Município de PORTO ALEGRE DO NORTE - exercício 2017, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

DANIEL ROSA DO LAGO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

1) NC13 DIVERSOS_MODERADA_13. Irregularidades na composição do Conselho Tutelar, não sendo integrado por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local (Art. 132, Lei 8.069/1990).

1.1) *O Conselho Tutelar do Município de Porto Alegre do Norte é formado por apenas 4 membros, de acordo com a Portaria 01/2017, sendo 01 presidente e 03 membros, contrariando o artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/1990. - Tópico - 5.8.4. Conselhos Tutelares*

Em Cuiabá-MT, 14 de Junho de 2018.

EDSON REIS DE SOUZA
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA

IRIS CONCEIÇÃO SOUZA DA SILVA
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO



ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE - EXERCÍCIO 2017

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período Por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 1.459.242,25	R\$ 109.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.000,00	R\$ 1.459.242,25	0,00%
DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	R\$ 105.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.000,00	R\$ 62.000,00	-40,95%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	R\$ 2.299.108,04	R\$ 213.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.319.317,54	R\$ 1.192.840,50	-48,11%
DEPARTAMENTO DE ESPORTE	R\$ 490.000,00	R\$ 80.300,00	R\$ 104.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 239.446,42	R\$ 435.228,60	-11,17%
FETHAB	R\$ 1.350.000,00	R\$ 329.560,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 631.392,40	R\$ 1.048.167,60	-22,35%
FUNDEB	R\$ 3.757.000,00	R\$ 945.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 233.500,00	R\$ 4.469.350,00	18,96%
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	R\$ 595.000,00	R\$ 80.537,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135.611,45	R\$ 539.925,55	-9,25%



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 7.059.762,51	R\$ 3.456.947,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.025.236,01	R\$ 8.491.474,14	20,28%
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	R\$ 561.000,00	R\$ 315.350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 146.350,00	R\$ 730.000,00	30,12%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.340.982,45	R\$ 50.710,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 311.080,00	R\$ 1.080.612,45	-19,41%
SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 1.510.000,00	R\$ 340.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 235.700,00	R\$ 1.614.400,00	6,91%
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO TURISMO	R\$ 572.000,00	R\$ 163.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152.500,00	R\$ 582.650,00	1,86%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.622.000,00	R\$ 973.841,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 492.604,00	R\$ 2.103.237,00	29,66%
SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 1.038.000,00	R\$ 7.660,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 669.941,00	R\$ 1.875.719,00	80,70%
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	R\$ 11.240.904,75	R\$ 1.492.092,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.330.141,82	R\$ 11.402.855,21	1,44%
	R\$ 35.000.000,00	R\$ 8.568.147,92	R\$ 1.604.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.084.820,64	R\$ 37.087.702,30	
Intraorçamentários								
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 35.000.000,00	R\$ 8.568.147,92	R\$ 1.604.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.084.820,64	R\$ 37.087.702,30	5,96%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.



Quadro 1.2 - Superávit Financeiro do Exercício Anterior X Créditos Adicionais Financiado por Superávit Financeiro

FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	DIFERENÇA (R\$)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
00	Recursos Ordinários	R\$ 7.008.552,31	R\$ 0,00	R\$ 7.008.552,31
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 4.110.073,24	R\$ 0,00	-R\$ 4.110.073,24
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.151.883,02	R\$ 0,00	R\$ 1.151.883,02
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 930.524,33	R\$ 0,00	-R\$ 930.524,33
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 841.579,47	R\$ 0,00	R\$ 841.579,47
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 20.280,38	R\$ 0,00	R\$ 20.280,38
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 119.529,85	R\$ 0,00	R\$ 119.529,85
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	-R\$ 1.493.936,83	R\$ 0,00	-R\$ 1.493.936,83
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-R\$ 325.265,28	R\$ 0,00	-R\$ 325.265,28
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 9.867,68	R\$ 0,00	R\$ 9.867,68
22	Transferências de Convênios - Educação	-R\$ 1.893.278,18	R\$ 0,00	-R\$ 1.893.278,18
23	Transferências de Convênios - Saúde	-R\$ 227.387,06	R\$ 0,00	-R\$ 227.387,06



FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	DIFERENÇA (R\$)
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.923.830,19	R\$ 1.462.500,00	R\$ 461.330,19
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	-R\$ 647.320,24	R\$ 0,00	-R\$ 647.320,24
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	-R\$ 36.468,45	R\$ 0,00	-R\$ 36.468,45
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	-R\$ 1.864.971,15	R\$ 0,00	-R\$ 1.864.971,15
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 39.320,15	R\$ 0,00	R\$ 39.320,15
94	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 371.773,21	R\$ 0,00	R\$ 371.773,21
		-R\$ 42.608,50	R\$ 1.462.500,00	-R\$ 1.505.108,50
		-R\$ 42.608,50	R\$ 1.462.500,00	-R\$ 1.505.108,50

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Financiados por Superávit Financeiro



Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA (R\$) (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT DE ARRECADAÇÃO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	DIFERENÇA (R\$) (g)-e-f
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
00	Recursos Ordinários	R\$ 10.811.639,73	R\$ 11.632.601,62	R\$ 820.961,89	R\$ 0,00	R\$ 820.961,89
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 1.533.344,40	R\$ 1.564.743,38	R\$ 31.398,98	R\$ 0,00	R\$ 31.398,98
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 3.508.300,25	R\$ 3.642.532,88	R\$ 134.232,63	R\$ 0,00	R\$ 134.232,63
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 2.622.556,60	R\$ 2.219.956,21	-R\$ 402.600,39	R\$ 0,00	-R\$ 402.600,39
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 976.243,64	R\$ 964.119,42	-R\$ 12.124,22	R\$ 0,00	-R\$ 12.124,22
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 30.000,00	R\$ 61.525,49	R\$ 31.525,49	R\$ 0,00	R\$ 31.525,49
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 220.000,00	R\$ 188.408,68	-R\$ 31.591,32	R\$ 0,00	-R\$ 31.591,32



FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA (R\$) (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT DE ARRECAÇÃO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	DIFERENÇA (R\$) (g)-e-f
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 2.412.000,00	R\$ 1.714.251,19	-R\$ 697.748,81	R\$ 0,00	-R\$ 697.748,81
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.360.000,00	R\$ 963.456,14	-R\$ 396.543,86	R\$ 0,00	-R\$ 396.543,86
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 300.000,00	R\$ 81.118,76	-R\$ 218.881,24	R\$ 0,00	-R\$ 218.881,24
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 148.500,00	R\$ 148.500,00	R\$ 150.000,00	-R\$ 1.500,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 8.700.000,00	R\$ 808.327,28	-R\$ 7.891.672,72	R\$ 433.327,28	-R\$ 8.325.000,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 244.009,72	R\$ 211.292,24	-R\$ 32.717,48	R\$ 0,00	-R\$ 32.717,48
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 1.350.000,00	R\$ 1.132.316,31	-R\$ 217.683,69	R\$ 0,00	-R\$ 217.683,69
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 911.905,66	R\$ 354.147,71	-R\$ 557.757,95	R\$ 0,00	-R\$ 557.757,95



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA (R\$) (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT DE ARRECAÇÃO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	DIFERENÇA (R\$) (g)-e-f
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.000,00
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 25.687.297,31	-R\$ 9.312.702,69	R\$ 583.327,28	-R\$ 9.896.029,97
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 25.687.297,31	-R\$ 9.312.702,69	R\$ 583.327,28	-R\$ 9.896.029,97

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Financiados por Excesso de Arrecadação



Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
		R\$ 7.988.995,66
00	Recursos Ordinários	R\$ 3.007.773,02
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 170.850,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 2.260.567,24
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 888.060,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 189.350,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 44.065,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 386.750,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 559.100,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 16.000,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 19.400,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 329.560,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	R\$ 117.520,40
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
		R\$ 583.327,28
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 150.000,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 433.327,28



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
		R\$ 109.000,00
00	Recursos Ordinários	R\$ 109.000,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
		R\$ 1.462.500,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.462.500,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
		R\$ 28.700,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 28.700,00
		R\$ 10.172.522,94

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Fonte/Financiamento



Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das Dotações Orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00923/2017	0.1.14.000000	R\$ 0,00	-R\$ 13.900,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00923/2017	0.1.42.000000	R\$ 13.900,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00925/2017	0.1.02.000000	R\$ 40.500,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00925/2017	0.1.14.000000	R\$ 0,00	-R\$ 30.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00925/2017	0.1.42.000000	R\$ 0,00	-R\$ 10.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.01.000000	R\$ 0,00	-R\$ 12.151,14
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.02.000000	R\$ 633,69	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.14.000000	R\$ 0,00	-R\$ 240,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.15.000000	R\$ 0,00	-R\$ 26.163,17
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.30.000000	R\$ 38.314,31	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00787/2016	00932/2017	0.1.42.000000	R\$ 0,00	-R\$ 393,69
				R\$ 93.348,00	-R\$ 93.348,00
				R\$ 93.348,00	-R\$ 93.348,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos.



Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas - Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
00782/2016	00878/2017	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.462.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00784/2016	00874/2017	R\$ 0,00	R\$ 104.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.375,02	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00001/2017	R\$ 558.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 508.500,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00002/2017	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00003/2017	R\$ 39.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00882/2017	R\$ 522.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 522.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00889/2017	R\$ 376.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 376.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00891/2017	R\$ 313.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 313.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00898/2017	R\$ 552.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 552.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00903/2017	R\$ 692.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 686.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
00787/2016	00909/2017	R\$ 390.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 390.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00919/2017	R\$ 356.380,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 356.380,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00923/2017	R\$ 811.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 811.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00787/2016	00925/2017	R\$ 905.078,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 895.378,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.700,00
00787/2016	00931/2017	R\$ 1.213.356,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.200.356,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.000,00
00787/2016	00935/2017	R\$ 1.334.086,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.334.086,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00796/2017	00893/2017	R\$ 333.327,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 333.327,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00798/2017	00905/2017	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		R\$ 8.568.147,92	R\$ 1.604.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.988.995,66	R\$ 583.327,28	R\$ 109.000,00	R\$ 1.462.500,00	R\$ 0,00	R\$ 28.700,00
		R\$ 8.568.147,92	R\$ 1.604.375,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.988.995,66	R\$ 583.327,28	R\$ 109.000,00	R\$ 1.462.500,00	R\$ 0,00	R\$ 28.700,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações Orçamentária/Leis Autorizativas.



Anexo 2 - DESPESA

Quadro 2.1 - Despesas por Categoria Econômica

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EMPENHADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.554.198,61	R\$ 24.569.374,88	96,14%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 13.326.454,64	R\$ 13.257.212,83	99,48%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 12.227.743,97	R\$ 11.312.162,05	92,51%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 11.483.503,69	R\$ 1.216.443,04	10,59%
Investimentos	R\$ 11.483.503,69	R\$ 1.216.443,04	10,59%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV – TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	69,52%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX– TOTAL DESPESA	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	69,52%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Quadro 2.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 1.459.242,25	R\$ 1.459.242,25	R\$ 1.298.090,88	R\$ 1.298.090,88	R\$ 1.298.031,58
04	Administração	R\$ 4.117.982,45	R\$ 4.404.249,45	R\$ 4.298.346,37	R\$ 4.255.190,48	R\$ 4.071.172,35
08	Assistência Social	R\$ 1.156.000,00	R\$ 1.269.925,55	R\$ 1.162.066,65	R\$ 1.152.760,25	R\$ 1.120.427,04
10	Saúde	R\$ 7.059.762,51	R\$ 8.491.474,14	R\$ 8.049.403,85	R\$ 7.983.239,79	R\$ 7.510.095,35
11	Trabalho	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 258.987,53	R\$ 258.987,53	R\$ 235.642,16
12	Educação	R\$ 6.628.108,04	R\$ 6.244.840,50	R\$ 6.105.685,76	R\$ 6.084.120,76	R\$ 5.980.355,21
13	Cultura	R\$ 105.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 60.006,91	R\$ 60.006,91	R\$ 60.006,91
15	Urbanismo	R\$ 10.865.904,75	R\$ 11.283.291,13	R\$ 2.438.323,65	R\$ 2.438.323,65	R\$ 2.335.546,12
17	Saneamento	R\$ 200.000,00	R\$ 14.200,00	R\$ 11.526,56	R\$ 11.526,56	R\$ 10.526,56
18	Gestão Ambiental	R\$ 50.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	Agricultura	R\$ 978.000,00	R\$ 1.874.719,00	R\$ 660.514,95	R\$ 656.168,35	R\$ 649.351,18
23	Comércio e Serviços	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Energia	R\$ 240.000,00	R\$ 132.691,82	R\$ 132.483,88	R\$ 132.483,88	R\$ 121.733,48
26	Transporte	R\$ 1.180.000,00	R\$ 1.014.839,86	R\$ 1.001.545,79	R\$ 998.545,79	R\$ 998.545,79
27	Desporto e Lazer	R\$ 490.000,00	R\$ 435.228,60	R\$ 308.835,14	R\$ 308.835,14	R\$ 300.868,43
28	Encargos Especiais	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	R\$ 25.638.279,97	R\$ 24.692.302,16
Despesa Intraorçamentária por Função						
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 35.000.000,00	R\$ 37.087.702,30	R\$ 25.785.817,92	R\$ 25.638.279,97	R\$ 24.692.302,16

APLIC>Informes Mensais>Despesas> Despesa Orçamentária por Função/Subfunção



Anexo 3 - RECEITA

Quadro 3.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 29.042.400,07	R\$ 27.669.991,52	95,27%
Receita Tributária	R\$ 2.182.000,00	R\$ 2.545.971,43	116,68%
Receita de Contribuições	R\$ 220.000,00	R\$ 188.408,68	85,64%
Receita Patrimonial	R\$ 310.000,00	R\$ 317.325,79	102,36%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 26.127.676,94	R\$ 23.917.144,18	91,53%
Outras Receitas Correntes	R\$ 202.723,13	R\$ 701.141,44	345,86%
II - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 9.000.000,00	R\$ 1.206.251,20	13,40%
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferência de capital	R\$ 9.000.000,00	R\$ 1.206.251,20	13,40%
Operação de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 38.042.400,07	R\$ 28.876.242,72	75,90%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 3.042.400,07	-R\$ 3.188.945,41	104,81%
Deduções da receita tributária	-R\$ 5.000,00	-R\$ 66.811,96	1.336,23%
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções de transferências correntes	-R\$ 3.037.400,07	-R\$ 3.081.471,52	101,45%
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00	-R\$ 40.661,93	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 35.000.000,00	R\$ 25.687.297,31	73,39%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 35.000.000,00	R\$ 25.687.297,31	73,39%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 3.2 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de receitas correntes	R\$ 27.669.991,52
(-) Deduções da Receita Corrente	-R\$ 107.473,89
= Total de receitas correntes - menos deduções	R\$ 27.562.517,63
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	R\$ 0,00
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	-R\$ 3.081.471,52
(-) Dedução IRRF - (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 436.245,48



Receitas	Total R\$
(-) Dedução Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	R\$ 0,00
(=) RCL	R\$ 24.044.800,63

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 3.3 - Deduções para RCL

DESCRIÇÃO	Total R\$
Deduções da receita tributária	-R\$ 66.811,96
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00
Deduções de outras receitas correntes	-R\$ 40.661,93
TOTAL	-R\$ 107.473,89

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 4 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 28.876.242,72
(B) DEDUÇÕES	R\$ 3.188.945,41
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	R\$ 25.687.297,31
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	R\$ 1.462.500,00
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 0,00
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	R\$ 0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	R\$ 27.149.797,31
(H) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 25.785.817,92
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 0,00
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCEMT 43/2013)	R\$ 0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	R\$ 0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF)	R\$ 0,00
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	R\$ 0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	R\$ 25.785.817,92
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO - (O=G-N)	R\$ 1.363.979,39

Relatório Contas de Governo > Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita/ Anexo: Despesa > Quadro: Despesa por Categoria Econômica / APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro.

Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA DO RPPS	R\$ 0,00
(B) DEDUÇÕES	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA (RPPS) (C=A-B)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS).	R\$ 0,00
(E) Receita de Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (7.9.4.0.00.00.00)	0,00
(F) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA (F=C+D-E)	R\$ 0,00
(G) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA DO RPPS	R\$ 0,00
(H) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS (H=F-G)	R\$ 0,00

UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Financiados por Superávit Financeiro / APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 4.3 - Receita e Despesa do RPPS - Exceto Intra

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS - (Exceto Intra)	R\$ 0,00
(B) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS). Exceto intra.	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA Exceto Intra - (C=A+B)	R\$ 0,00
(D) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA EXCETO INTRA (RPPS)	R\$ 0,00

APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária / APLIC> Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Financiados por Superávit Financeiro



Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS

FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) (A)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA INTRA (B)	TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA (C)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (Exceto Intra) (D)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA INTRA (E)	TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (F)	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (G)= C-F	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (H)
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
00	Recursos Ordinários	R\$ 11.632.601,62	R\$ 0,00	R\$ 11.632.601,62	R\$ 9.626.569,55	R\$ 0,00	R\$ 9.626.569,55	R\$ 2.006.032,07	R\$ 67.813,45
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 1.564.743,38	R\$ 0,00	R\$ 1.564.743,38	R\$ 624.020,73	R\$ 0,00	R\$ 624.020,73	R\$ 940.722,65	-R\$ 23.566,10
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 3.642.532,88	R\$ 0,00	R\$ 3.642.532,88	R\$ 4.771.007,80	R\$ 0,00	R\$ 4.771.007,80	-R\$ 1.128.474,92	R\$ 9.558,77
12	Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 2.219.956,21	R\$ 0,00	R\$ 2.219.956,21	R\$ 2.739.855,00	R\$ 0,00	R\$ 2.739.855,00	-R\$ 519.898,79	R\$ 11.844,46
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 964.119,42	R\$ 0,00	R\$ 964.119,42	R\$ 962.645,24	R\$ 0,00	R\$ 962.645,24	R\$ 1.474,18	R\$ 345.973,37
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 61.525,49	R\$ 0,00	R\$ 61.525,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.525,49	R\$ 90,05
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 188.408,68	R\$ 0,00	R\$ 188.408,68	R\$ 122.688,88	R\$ 0,00	R\$ 122.688,88	R\$ 65.719,80	R\$ 0,00



FUNTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) (A)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA INTRA (B)	TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA (C)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (Exceto Intra) (D)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA INTRA (E)	TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (F)	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (G)= C-F	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (H)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 1.714.251,19	R\$ 0,00	R\$ 1.714.251,19	R\$ 2.736.039,90	R\$ 0,00	R\$ 2.736.039,90	-R\$ 1.021.788,71	R\$ 660,04
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 963.456,14	R\$ 0,00	R\$ 963.456,14	R\$ 1.674.484,12	R\$ 0,00	R\$ 1.674.484,12	-R\$ 711.027,98	R\$ 696,60
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 81.118,76	R\$ 0,00	R\$ 81.118,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.118,76	-R\$ 1.300.578,81
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 148.500,00	R\$ 0,00	R\$ 148.500,00	R\$ 102.593,79	R\$ 0,00	R\$ 102.593,79	R\$ 45.906,21	R\$ 874,28
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 808.327,28	R\$ 0,00	R\$ 808.327,28	R\$ 721.181,08	R\$ 0,00	R\$ 721.181,08	R\$ 87.146,20	R\$ 844.486,26
25	Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) (A)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA INTRA (B)	TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA (C)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (Exceto Intra) (D)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA INTRA (E)	TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (F)	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (G)= C-F	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (H)
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 211.292,24	R\$ 0,00	R\$ 211.292,24	R\$ 188.204,43	R\$ 0,00	R\$ 188.204,43	R\$ 23.087,81	R\$ 61.977,82
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 1.132.316,31	R\$ 0,00	R\$ 1.132.316,31	R\$ 1.085.237,67	R\$ 0,00	R\$ 1.085.237,67	R\$ 47.078,64	R\$ 0,00
31	Transferências do FUNDEB – Complementação da União	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32	Operações de Crédito Vinculadas à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41	Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 354.147,71	R\$ 0,00	R\$ 354.147,71	R\$ 431.229,73	R\$ 0,00	R\$ 431.229,73	-R\$ 77.082,02	R\$ 255,40
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60,00	R\$ 0,00	R\$ 60,00	-R\$ 60,00	R\$ 0,00
44	Operações de Crédito Vinculadas à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FUNTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) (A)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA INTRA (B)	TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA (C)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (Exceto Intra) (D)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA INTRA (E)	TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (F)	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (G)= C-F	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (H)
51	Recursos do Fundo Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
52	Recursos do Fundo Previdenciário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
54	Recursos do Superávit da Taxa de Administração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81	Valores restituíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90	Operações de Crédito Internas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91	Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93	Outras Receitas Não-Primárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 25.687.297,31	R\$ 0,00	R\$ 25.687.297,31	R\$ 25.785.817,92	R\$ 0,00	R\$ 25.785.817,92	-R\$ 98.520,61	R\$ 20.085,59
		R\$ 25.687.297,31	R\$ 0,00	R\$ 25.687.297,31	R\$ 25.785.817,92	R\$ 0,00	R\$ 25.785.817,92	-R\$ 98.520,61	R\$ 20.085,59

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro



Anexo 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2014	R\$ 22.023,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.023,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2015	R\$ 148.300,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142.536,31	R\$ 0,00	R\$ 5.764,06
2016	R\$ 1.781.520,99	R\$ 0,00	-R\$ 54.486,46	R\$ 130.671,37	R\$ 0,00	R\$ 1.596.363,16
2017	R\$ 0,00	R\$ 147.537,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 147.537,95
	R\$ 1.951.845,04	R\$ 147.537,95	-R\$ 54.486,46	R\$ 295.231,36	R\$ 0,00	R\$ 1.749.665,17
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
1998	R\$ 5.802,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.802,09
2011	R\$ 195,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 195,20
2012	R\$ 4.536,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.536,17
2013	R\$ 69.345,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.345,28
2014	R\$ 65.413,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.580,60	R\$ 0,00	R\$ 62.832,90
2015	R\$ 227.773,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.916,02	R\$ 0,00	R\$ 202.857,64
2016	R\$ 1.291.092,56	R\$ 0,00	R\$ 54.486,46	R\$ 1.103.474,64	R\$ 0,00	R\$ 242.104,38
2017	R\$ 0,00	R\$ 945.977,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 945.977,81
	R\$ 1.664.158,46	R\$ 945.977,81	R\$ 54.486,46	R\$ 1.130.971,26	R\$ 0,00	R\$ 1.533.651,47
	R\$ 3.616.003,50	R\$ 1.093.515,76	R\$ 0,00	R\$ 1.426.202,62	R\$ 0,00	R\$ 3.283.316,64

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar



Quadro 5.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira do Município por Fonte

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres Financeiros (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	RP Liquidados e não Pagos - Exercícios Anteriores (D)	RP Liquidados e Não Pagos - do Exercício (E)	RP Empenhados e Não Liquidados - Exercícios Anteriores (F)	Demais Obrigações Financeiras (G)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da Inscrição dos RP não Processados (H)= C-(D+E+F+G)	RP Empenhados e Não Liquidados (I)
Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 707.582,03	R\$ 0,00	R\$ 707.582,03	R\$ 217.474,69	R\$ 353.248,89	R\$ 4.911,34	-R\$ 109.658,52	R\$ 241.605,63	R\$ 56.808,89
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 221.204,69	R\$ 0,00	R\$ 221.204,69	R\$ 91.012,16	R\$ 37.666,36	R\$ 0,00	R\$ 102.294,33	-R\$ 9.768,16	R\$ 10.500,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 571.357,14	R\$ 0,00	R\$ 571.357,14	R\$ 39.724,26	R\$ 390.374,35	R\$ 0,00	R\$ 50.567,79	R\$ 90.690,74	R\$ 40.571,85
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 167.215,44	R\$ 0,00	R\$ 167.215,44	R\$ 25.585,40	R\$ 43.930,57	R\$ 0,00	R\$ 26.383,26	R\$ 71.316,21	R\$ 19.421,24
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 387.389,73	R\$ 0,00	R\$ 387.389,73	R\$ 8,00	R\$ 29.960,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 357.421,50	R\$ 11.065,00
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 90,05	R\$ 0,00	R\$ 90,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90,05	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 10.750,40	R\$ 0,00	R\$ 10.750,40	R\$ 0,00	R\$ 10.750,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres Financeiros (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	RP Liquidados e não Pagos - Exercícios Anteriores (D)	RP Liquidados e Não Pagos - do Exercício (E)	RP Empenhados e Não Liquidados - Exercícios Anteriores (F)	Demais Obrigações Financeiras (G)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da Inscrição dos RP não Processados (H)= C-(D+E+F+G)	RP Empenhados e Não Liquidados (I)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 91.268,95	R\$ 0,00	R\$ 91.268,95	R\$ 1.883,25	R\$ 21.298,56	R\$ 0,00	R\$ 38.216,75	R\$ 29.870,39	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 16.983,56	R\$ 0,00	R\$ 16.983,56	R\$ 1.050,40	R\$ 8.843,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.089,35	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 27.583,36	R\$ 0,00	R\$ 27.583,36	R\$ 14.361,57	R\$ 0,00	R\$ 1.313.800,60	R\$ 0,00	-R\$ 1.300.578,81	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 13.527,00	R\$ 0,00	R\$ 13.527,00	R\$ 0,00	R\$ 10.900,00	R\$ 852,72	R\$ 0,00	R\$ 1.774,28	R\$ 900,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.314.564,80	R\$ 0,00	R\$ 1.314.564,80	R\$ 187.515,98	R\$ 0,00	R\$ 282.562,56	R\$ 0,00	R\$ 844.486,26	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 70.370,98	R\$ 0,00	R\$ 70.370,98	R\$ 5.394,50	R\$ 2.324,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 62.651,96	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 16.023,10	R\$ 0,00	R\$ 16.023,10	R\$ 715,00	R\$ 8.740,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.567,50	R\$ 3.000,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres Financeiros (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	RP Liquidados e não Pagos - Exercícios Anteriores (D)	RP Liquidados e Não Pagos - do Exercício (E)	RP Empenhados e Não Liquidados - Exercícios Anteriores (F)	Demais Obrigações Financeiras (G)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da Inscrição dos RP não Processados (H)= C-(D+E+F+G)	RP Empenhados e Não Liquidados (I)
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 38.891,42	R\$ 0,00	R\$ 38.891,42	R\$ 287,03	R\$ 27.939,52	R\$ 0,00	R\$ 534,87	R\$ 10.130,00	R\$ 5.270,97
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 2.661,42	R\$ 0,00	R\$ 2.661,42	R\$ 2.661,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 3.657.464,07	R\$ 0,00	R\$ 3.657.464,07	R\$ 587.673,66	R\$ 945.977,81	R\$ 1.602.127,22	R\$ 108.338,48	R\$ 413.346,90	R\$ 147.537,95
Disponibilidade Financeira - Somente RPPS										
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 3.657.464,07	R\$ 0,00	R\$ 3.657.464,07	R\$ 587.673,66	R\$ 945.977,81	R\$ 1.602.127,22	R\$ 108.338,48	R\$ 413.346,90	R\$ 147.537,95

APLIC> Informes Mensais > Restos a Pagar > Disponibilidade Financeira para pagamento de Restos a Pagar



Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA

Quadro 6.1 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 6.920,96
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 6.920,96
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 6.920,96
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 6.920,96
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 2.123.812,60
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 2.123.812,60
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 3.657.464,07
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 1.533.651,47
6. Demais Haveres	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 24.044.800,63
% da DC sobre a RCL	0,02%
% da DCL sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 28.853.760,75
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 1.749.665,17



Descrição	Valor R\$
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida (Composição)

Quadro 6.2 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 0,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 24.044.800,63
% do Dispêndios da Dívida Pública sobre a RCL <11,5%>	0,00%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária.

Quadro 6.3 - Dívida Pública Contratada no Exercício (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Dívida Pública sujeita ao limite para fins de contratação	R\$ 0,00
Operações vedadas	R\$ 0,00
(=) Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 24.044.800,63
% da Dívida contratada sobre a RCL <16%>	0,00%

Informes Mensais > Dívida Pública .

Quadro 6.4 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 3.657.055,49	R\$ 408,58	R\$ 3.657.464,07
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 3.637.276,13	R\$ 102,35	R\$ 3.637.378,48
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 19.779,36	R\$ 306,23	R\$ 20.085,59

Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Quadro 6.5 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 835.913,52	R\$ 768.406,30	R\$ 67.507,22	R\$ 408,58	R\$ 102,35	R\$ 306,23



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	R\$ 705.146,12	R\$ 1.681.961,02	-R\$ 976.814,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 217.906,75	R\$ 241.472,85	-R\$ 23.566,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	R\$ 387.006,60	R\$ 41.033,23	R\$ 345.973,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB 60%	R\$ 62.058,60	R\$ 61.398,56	R\$ 660,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 - Transferência do FUNDEB 40%	R\$ 10.590,81	R\$ 9.894,21	R\$ 696,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferência de Convênios - Educação	R\$ 27.583,36	R\$ 1.328.162,17	-R\$ 1.300.578,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	R\$ 705.776,74	R\$ 683.243,83	R\$ 22.532,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$ 530.797,02	R\$ 521.238,25	R\$ 9.558,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12 - Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do SUS - União	R\$ 127.164,93	R\$ 115.320,47	R\$ 11.844,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23 - Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 13.527,00	R\$ 12.652,72	R\$ 874,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41 - Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos SUS - Estado	R\$ 34.287,79	R\$ 34.032,39	R\$ 255,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 72.358,26	R\$ 10.380,44	R\$ 61.977,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferência de Convênios - Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 69.696,84	R\$ 7.719,02	R\$ 61.977,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 2.661,42	R\$ 2.661,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90 - Operações de Crédito Internas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 - Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	R\$ 1.337.860,85	R\$ 493.284,54	R\$ 844.576,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 90,05	R\$ 0,00	R\$ 90,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 10.750,40	R\$ 10.750,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Transf. de Convênios (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.314.564,80	R\$ 470.078,54	R\$ 844.486,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 12.455,60	R\$ 12.455,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81 - Valores Restituíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
94 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL - EXCETO RPPS	R\$ 3.657.055,49	R\$ 3.637.276,13	R\$ 19.779,36	R\$ 408,58	R\$ 102,35	R\$ 306,23
RECURSOS DO RPPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.657.055,49	R\$ 3.637.276,13	R\$ 19.779,36	R\$ 408,58	R\$ 102,35	R\$ 306,23

APLIC>Informes Mensais>Contabilidade>Movimentação das Fontes/Destações de Recursos.



Anexo 7 - ENSINO

Quadro 7.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 2.328.539,52
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 270.984,77
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 948.286,97
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 915.680,47
ITR Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 110.634,24
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 53.457,18
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 29.495,89
Transferências	R\$ 16.143.214,29
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 8.820.863,39
Cota Parte ICMS	R\$ 6.521.819,38
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 27.163,08
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 0,00
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 397.364,97
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 376.003,47
Cota Parte IOF s/ ouro	0,00
Total receita base - ENSINO	R\$ 18.471.753,81
Valor mínimo - 25%	R\$ 4.617.938,45

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados do Ensino

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Superávit/Déficit Financeiro da Fonte 00 antes da Inscrição de Restos a Pagar Processados do Ensino no exercício corrente. Função 12 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (A)	R\$ 71.165,24
RP processados do Ensino inscritos em 2017 na Fonte 00 Função 12 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (B)	R\$ 3.351,79
(In)Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados do Ensino na Fonte 00 (C) Se A for maior ou igual a zero, então A-B, senão será B x -1	R\$ 67.813,45
Superávit/Déficit Financeiro da Fonte 01 antes da Inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício corrente. Função 12 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (D)	R\$ 14.100,26
RP processados do Ensino inscritos em 2017 na Fonte 01 Função 12 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (E)	R\$ 37.666,36
(In)Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados do Ensino na Fonte 01 (F) Se D for maior ou igual a zero, então D-E, senão será E x -1	-R\$ 23.566,10
SOMA (G) C+F	R\$ 44.247,35

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro 6.5: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS APLIC>Informes Mensais>Restos a Pagar>Execução de Restos a Pagar



Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5) (A)	R\$ 6.084.120,76
(+) Despesas liquidadas em 2017 decorrentes de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5) (B)	R\$ 0,00
(+) Despesas Liquidadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando manutenção e desenvolvimento do ensino Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 2 e 6) (C)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar processados do Ensino inscritos em 2017 sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 01 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Conforme quadro específico) (D)	R\$ 0,00
(=) Despesas Bruta do Ensino (E)	R\$ 6.084.120,76
(+) Valor retido referente ao FUNDEB (F)	R\$ 3.081.471,52
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida mais rendimentos financeiros Função 12. Fontes de recursos 18 e 19. (G)	R\$ 2.652.903,12
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (H)	R\$ 951.580,24
(-) Despesas liquidadas na função 12 com recursos vinculados diferentes da Educação (Função 12. Fonte de recursos iguais a 02, 14, 42, 23, 41, 12, 44, 26, 21, 29, 43, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 91, 92, 16, 17, 24, 30, 81, 93 e 82. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5). (I)	R\$ 37.314,27
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar processados de manutenção e desenvolvimento do ensino Função 12 Fonte 00 e 01 (J)	R\$ 0,00
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores) (K)	R\$ 58.205,66
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos (L)	R\$ 5.465.588,99
Total da Receita Base (M)	R\$ 18.471.753,81
Percentual sobre a receita base (N)	29,58%
Limite mínimo sobre a receita base (O)	25%
Situação (P)	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função/subfunção. APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar APLIC > Informes Mensais > Despesas > Empenhos

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
---------------	------------	--------	--------	-------



Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (Montante acima do PNAE)		R\$ 58.205,66
				R\$ 58.205,66

Levantamento da equipe técnica.

Quadro 7.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) Valor da receita do FUNDEB	R\$ 2.652.903,12
(B) Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	R\$ 0,00
(C) Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	R\$ 2.652.903,12
(D) % da aplicação s/ a receita do FUNDEB	100,00%
Limite percentual mínimo	60%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 8 - SAÚDE

Quadro 8.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 2.328.539,52
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 270.984,77
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 948.286,97
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 915.680,47
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 110.634,24
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 53.457,18
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 29.495,89
Transferências	R\$ 16.143.214,29
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 8.820.863,39
Cota Parte ICMS	R\$ 6.521.819,38
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 27.163,08
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 0,00
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 397.364,97
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 376.003,47
Total receita base	R\$ 18.471.753,81
Valor mínimo - 15% (Saúde)	R\$ 2.770.763,07

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar da Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Superávit/Déficit Financeiro da Fonte 00 antes da Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde no exercício corrente. Função 10 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (A)	R\$ 67.813,45
RP processados e Não Processados da Saúde inscritos em 2017 na Fonte 00 Função 10 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (B)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados e não Processados da Saúde na Fonte 00 (C) Se A for maior ou igual a zero, então A-B, senão será B x -1	R\$ 67.813,45
Superávit/Déficit Financeiro da Fonte 02 antes da Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados da Saúde no exercício corrente. Função 10 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (D)	R\$ 440.504,97
RP processados e Não Processados da Saúde inscritos em 2017 na Fonte 02 Função 10 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (E)	R\$ 430.946,20
(In)Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de RP processados e Não Processados da Saúde na Fonte 02 (F) Se D for maior ou igual a zero, então D-E, senão será E x -1	R\$ 9.558,77



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
SOMA (G) C+F	R\$ 77.372,22

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro 6.5: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS APLIC>Informes Mensais>Restos a Pagar>Execução de Restos a Pagar

Quadro 8.3 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (A)	R\$ 8.049.403,85
(+) Despesas Empenhadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de Saúde (art. 24, § 3º, da LC nº 141/2012) (B)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar processados e não processados da Saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto Elemento de Despesa 01 e 03) (Resolução de Consulta nº 14/2012) (C)	R\$ 0,00
(=) Despesa bruta na Função Saúde (D)	R\$ 8.049.403,85
(+) Despesas Empenhadas com saneamento (Função 17) nos termos do art. 3º, VI e VII, da LC nº 141/2012 Fonte: 00 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto: Elemento de Despesa 01 e 03. (E)	R\$ 0,00
(-) Despesa empenhada com aposentadorias e pensões dos servidores Saúde, caso essas tenham sido realizadas na função Saúde (art. 4º, I, da LC nº 141/2012). Função 10; Elemento de Despesa 01 e 03. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (F)	R\$ 0,00
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03) (G)	R\$ 2.335.548,96
(-) Despesas Empenhadas na função 10 com recursos vinculados diferentes da Saúde Função 10. Fontes de recursos diferentes de 02, 12, 14, 23, 26, 41, 42, 44 e 92. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03). (H)	R\$ 3.000,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar de ações e serviços públicos de Saúde Função 10 Fonte 00 e 02 (I)	R\$ 0,00
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Não excluídas nos itens anteriores) (J)	R\$ 0,00
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde (K)	R\$ 5.710.854,89
Total da Receita Base (L)	R\$ 18.471.753,81
(=) Percentual aplicado em saúde (M)	30,91%
Limite mínimo aplicado em saúde (N)	15%
Situação (O)	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução de Restos a Pagar APLIC > Informes Mensais > Despesas > Empenho



Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 0,00

Levantamento da equipe técnica.



Anexo 9 - PESSOAL

Quadro 9.1 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 13.918.044,60	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 13.257.212,83	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 660.831,77	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 71.267,70	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 64.889,40	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 6.378,30	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores Consolidado (Exceto RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 13.846.776,90	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução do IRRF) (3a + 3b)	R\$ 13.846.776,90	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 436.245,48	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 13.410.531,42	

Relatório Contas de Governo > Anexo 9: Pessoal > Quadro 9.5: Gastos com Pessoal Detalhado



Quadro 9.2 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução IRRF) (3a + 3b)	R\$ 822.160,98	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 22.555,46	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 799.605,52	

Relatório Contas de Governo > Anexo 9: Pessoal > Quadro 9.5: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 9.3 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

PODER	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RCL	%
Executivo	R\$ 12.610.925,90	R\$ 24.044.800,63	52,44%
Legislativo	R\$ 799.605,52	R\$ 24.044.800,63	3,32%

Relatório Contas de Governo > Anexo 9: Pessoal > Quadro 9.5: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro 9.4 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
1- DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	R\$ 13.410.531,42



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 24.044.800,63
3 - % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL	55,77%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	54%

Relatório Contas de Governo > Anexo 9: Pessoal > Quadro 9.5: Gastos com Pessoal Detalhado



Quadro 9.5 - Gastos com Pessoal Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	R\$ 13.918.044,60	R\$ 0,00	R\$ 13.095.883,62	R\$ 0,00	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 13.257.212,83	R\$ 0,00	R\$ 12.435.051,85	R\$ 0,00	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00
1.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas (3.X.XX.11.XX)	R\$ 10.271.857,28	R\$ 0,00	R\$ 9.592.969,82	R\$ 0,00	R\$ 678.887,46	R\$ 0,00
1.1.2 Obrigações Trabalhistas (3.X.XX.05.01+ 3.X.XX.05.03+ 3.X.XX.05.51+ 3.X.XX.05.53+ 3.X.XX.05.56+ 3.1.XX.07.XX+ 3.1.XX.13.XX)	R\$ 2.476.600,26	R\$ 0,00	R\$ 2.333.326,74	R\$ 0,00	R\$ 143.273,52	R\$ 0,00
1.1.3 Ressarcimento com Pessoal Requisitado (3.X.XX.96.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.4 Contratação Temporária (3.X.XX.04.XX)	R\$ 437.487,59	R\$ 0,00	R\$ 437.487,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.5 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (3.1.XX.16.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.6 Depósitos Compulsórios (3.1.XX.67.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.7 Sentenças Judiciais (3.1.XX.91.XX)	R\$ 6.378,30	R\$ 0,00	R\$ 6.378,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.8 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.9 Indenizações Trabalhistas (3.X.XX.94.XX)	R\$ 64.889,40	R\$ 0,00	R\$ 64.889,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.10 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 660.831,77	R\$ 0,00	R\$ 660.831,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1 Aposentadorias e Reformas (3.X.XX.01.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.2 Pensões (3.X.X.03.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.2.3 Benefícios Previdenciários 3.X.XX.05.02+3.X.XX.05.04+3.X.XX.05.05+3.X.XX.05.06)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.01 + 3.1.XX.92.03)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.5 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 660.831,77	R\$ 0,00	R\$ 660.831,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (3.1.XX.34.XX+ 3.3.XX34.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. DESPESAS NÃO COMPUTADAS	R\$ 71.267,70	R\$ 0,00	R\$ 71.267,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3.X.XX.94.XX)	R\$ 64.889,40	R\$ 0,00	R\$ 64.889,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial (3.1.XX.91.XX)	R\$ 6.378,30	R\$ 0,00	R\$ 6.378,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 – Despesas de Exercícios Anteriores CONSOLIDADO (3.1.XX.92.01+ 3.1.XX.92.03 +3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.1 Aposentadorias e Reformas - Somente RPPS (3.X.XX.01.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.2 Pensões - Somente RPPS (3.X.XX.03.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3 Benefícios Previdenciários - Somente RPPS (3.X.XX.05.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.4 Salário família - Somente RPPS (3.X.XX.09.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5. Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 13.846.776,90	R\$ 0,00	R\$ 13.024.615,92	R\$ 0,00	R\$ 822.160,98	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DTP (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 13.846.776,90		R\$ 13.024.615,92		R\$ 822.160,98	
3 – Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 436.245,48		R\$ 413.690,02		R\$ 22.555,46	
DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 13.410.531,42		R\$ 12.610.925,90		R\$ 799.605,52	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 2.604.353,76
Impostos	R\$ 2.160.395,29
IPTU	R\$ 98.836,37
IRRF	R\$ 472.947,14
ITBI	R\$ 766.829,82
ISSQN	R\$ 821.781,96
ITR	R\$ 0,00
TAXAS	R\$ 54.218,06
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Juros e multas das receitas tributárias	R\$ 279.487,79
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 98.283,54
Juros e multas da dívida ativa tributária	R\$ 11.969,08
Transferências da União	R\$ 9.529.017,67
FPM	R\$ 9.136.667,89
Transf. ITR	R\$ 365.349,42
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 27.000,36
Transferências do Estado	R\$ 6.649.642,71
ICMS	R\$ 6.269.085,05
IPVA	R\$ 330.707,26
IPI (Exportação)	R\$ 39.076,45
CIDE	R\$ 10.773,95
TOTAL GERAL	R\$ 18.783.014,14
População do Município	11.995
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 1.314.810,98
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.459.242,25
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.298.090,88

APLIC > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente

Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.298.090,88	R\$ 18.783.014,14	6,91%	7,00%	REGULAR	1
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.298.090,88	R\$ 18.783.014,14	6,91%	7,00%	REGULAR	1



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 799.605,52	R\$ 1.314.810,98	60,81%	70%	REGULAR	1
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 799.605,52	R\$ 24.044.800,63	3,32%	6%	REGULAR	1

APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária. APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Impressões > Anexos da Lei 4.320/64 > DVP > Transferência Intragovernamentais



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - PCCS

APÊNDICE - A

PCCS

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de
Porto Alegre do Norte

LEI N.º 307 de 12 JUNHO DE 1998

Dispõe sobre Plano de Cargos, carreira e remuneração dos Servidores da Prefeitura Municipal, Autarquias, Fundações e Da outras providencias.

O Senhor José Viana Sabino, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL

Art.1º- Esta Lei institui o sistema de Administração de Pessoal, a escala de vencimentos, os Quadros do Pessoal de Carreira e Comissionados (confiança), a Progressão e a Ascensão Funcional dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal, Autarquias, Fundações e outras Normas Pertinentes.

Art.2º- Compõe a Estrutura Geral do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Poder Executivo Municipal, os seguintes grupos:

- A - Pessoal de Carreira - Anexo I;
- B - Direção e Assessoramento Superiores/DAS - Anexo II;
- C - Direção e Assessoramento Intermediário/DAÍ - Anexo III;
- D - Profissionais do Magistério, conforme anexo à Lei específica, que disciplina os Cargos a Carreira e a Remuneração desses servidores.

Art.3º- Para efeito da Presente Lei, considera-se:

- I- CARGO : É o lugar instituído na organização do funcionalismo, com denominação própria, atribuições, responsabilidades e remuneração correspondente, para ser exercido por um titular na forma da Lei;
- II- INTERTÍCIO : É o intervalo de tempo necessário para que o servidor possa obter uma Progressão Funcional, Transferência, Licença para Tratar de Interesse Particular, Cessão para Exercício em Outro Órgão e Ascensão (promoção) Funcional;
- III- REMUNERAÇÃO : É a retribuição mensal, composta pelo salário e demais compensações complementares atribuídas ao servidor;
- IV- CATEGORIA FUNCIONAL : É o conjunto de atividades desdobráveis em classes, identificadas pela natureza e grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;
- V- REFERÊNCIA : É o símbolo indicativo do valor do vencimento, fixado nesta Lei, identificada no anexo VIII, pelos níveis vertical e horizontal;
- VI- CRGOS EM COMISSÕES : Corresponde ao exercício de Cargos a nível de Direção, Assessoria e Chefia, cometido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal;
- VII- SERVIDOR PÚBLICO : É a pessoa legalmente investida em cargo público, após aprovação em Concurso;
- VIII- ENQUADRAMENTO : É o ajustamento do servidor em exercício, obedecendo os critérios estabelecidos neste Plano de Cargos, Carreira e Remuneração;

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de
Porto Alegre do Norte

- IX- FAIXA SALARIAL : É a escala de valores em quantidade de salários mínimos(SM), correspondente aos diversos salários, situados o salário inicial e final de cada Categoria;
- X- INTERVALO SALARIAL : É a distância medida em termos percentuais, entre os vários vencimentos, estabelecidos em uma faixa salarial;
- XI- SALÁRIO-BASE : Corresponde ao menor salário da Faixa Salarial de cada categoria;
- XII- SALÁRIO-TETO : É o maior salário de cada categoria;

CAPITULO II
DO QUADRO GERAL DE PESSOAL

Art.4º- O Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, é composto por 04(quatro) grupos:

- I- Grupo Pessoal de Carreira, composto do Pessoal, das categorias funcionais relacionadas no anexo I;
- II- Grupo dos Cargos de Provimentos em Comissão(funções de confiança), abrangendo os Secretários Municipais, Procurador, Contador, Tesoureiro e Chefes de Departamentos, etc..., representados pelo símbolo "DAS"(Direção e Assessoramento Superior), relacionados no anexo II;
- III- Grupo dos Cargos de Provimento em Comissão(funções de confiança), abrangendo outros chefes e encarregados: Arrecadador Chefe de Tributos, Chefe de Vigilância Sanitária, Encarregados de Comunicação e Esportes, Máquinas e Transportes, Junta de Serviço Militar, Limpeza Pública, Oficina, Obras, Cadastrador Municipal, Preparador Eleitoral e Assistente Social, etc..., relacionados no anexo III;
- IV- Grupo dos Profissionais do Magistério, que é um Sub-Grupo Especial do Grupo do Pessoal de Carreira, abrangendo os Professores, Coordenadores, Supervisores, Orientadores e Inspectores Educacionais, Auxiliares Pedagógicos, etc..., relacionados no anexo à Lei específica que disciplina os Cargos a Carreira e a Remuneração do Magistério Municipal.

Art.5º- Os grupos são formados por categorias funcionais que se subdividem em classes, compostas de cargos.

CAPÍTULO III
DOS CARGOS E SEU PROVIMENTO

Art.6º- Fica criado os Cargos de Carreira e Comissionados (Funções de Confiança), conforme anexos IV, V e VI.

Art.7º- Os cargos previsto no artigo anterior será regido por este Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, cabendo a aplicação do Regime Jurídico Único, aos cargos não definidos nesta Lei.

Art.8º- Os Cargos dos Grupos de Direção e Assessoramento Superior e Direção e Assessoramento Intermediário, previstos nos anexos V e VI, em Comissão ou Função de Confiança.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

Art.9º- O Ato de Provimento dos cargos comissionados (Função de Confiança), será efetivado através do Portaria do Prefeito Municipal e deverá estabelecer correlação de remuneração estabelecida entre os anexos V, VI e VII, considerando inclusive as gratificações de funções estabelecida no artigo 22º, desta Lei..

Art.10º- O preenchimento dos Cargos Comissionados deverá ser feito preferencialmente por servidores do Grupo Pessoal de Carreira.

Art.11º- Os servidores de carreira que forem designados para o exercício de cargo comissionado, ficará afastado do cargo que exerce, sem prejuízo das vantagens do cargo público, com direito a optar pela remuneração do cargo comissionado ou a integral do cargo de carreira, acrescido de uma gratificação de função de 75%(setenta e cinco por cento), garantido o retorno ao cargo de origem, quando do desligamento do Cargo Comissionado.

CAPÍTULO IV DAS REFERÊNCIAS SALARIAIS

Art.12º- A remuneração dos Servidores Municipais calculada de acordo com o anexo VII desta Lei(TABELA DE SALARIOS) e o disposto no Artigo 22º., em se tratando de Cargos Comissionados.

CAPÍTULO V DA POLÍTICA SALARIAL

Art.13º- As despesas com pagamento das remunerações, proventos, pensões e outras vantagens atribuídas aos Servidores Municipais, não poderá ultrapassar o percentual de 60%(sessenta por cento), das receitas correntes do Município de Porto Alegre do Norte-MT, conforme determina a Constituição Federal do Brasil.

Art.14º- As remunerações de Pessoal a que se refere esta Lei, obedecerá os critérios e parâmetros por ela fixado, contemplado apenas reajustes posteriores a sua edição.

Art.15º- O anexo VII desta Lei será atualizado através de Decreto do Prefeito Municipal, todas as vezes que for modificado o Piso Nacional de Salários.

Par. 1º - A implantação de reajustes será na proporção exata do que for concedido ao Piso Nacional de Salários(PNS) e, ocorrerá simultaneamente no mês de sua vigência;

Par. 2º - Os efeitos financeiros da Progressão e a Acessão Funcional terá vigência a partir do mês em que a mesma ocorrer;

Par. 3º - A própria Progressão Funcional determinará automaticamente o início de novo interstício, a partir do primeiro dia em que a mesma ocorrer.

Par. 4º - Os interstícios a serem cumpridos para fins da Progressão Funcional citada nesta Lei e, Licença para Tratar de Interesse Particular, Cessão para Exercício em Outro Órgão Cedente, Transferência, constantes do Regimento Jurídico Único dos Servidores Municipais, é de 02(dois) anos interrupto de efetivo exercício do respectivo Cargo.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

Par. 5º - A Progressão Funcional não será cumulável com nenhuma das outras modalidades de progressão, salvo se decorrido o período de 24(vinte e quatro) meses, contado da última progressão, sendo concedidas de acordo com os seguintes critérios:

Merecimento: Conceder-se-ão progressão por merecimento ao servidor que apresentar títulos por participação em cursos de treinamento, aperfeiçoamento e colação de graus, após prévia avaliação por parte da administração, de acordo com os critérios por ela fixados.

Desempenho Funcional: Será concedido essa modalidade de Progressão aos servidores que provarem por meio de Prévio Processo Formal, ótimo desempenho funcional, com base nos seguintes requisitos:

- Assiduidade e Pontualidade;
- Responsabilidade;
- Capacidade e iniciativa própria;
- Zelo de Seção e cortesia para com colegas e público em geral com quem se relaciona diariamente no trabalho.
- Sigilo dos assuntos resguardados de seu serviço.

CAPITULO VI DA ASCENSÃO FUNCIONAL

Art.16-A Ascensão ou Promoção Funcional é Ato pelo qual o servidor público municipal, muda da última referência de sua categoria funcional para a primeira da outra imediatamente superior.

Art.17º- A Ascensão funcional será permitida aos servidores que estejam incluídos em categorias funcionais existentes no Quadro de Pessoal de Carreira.

Art.18º- A Ascensão funcional prevista nesta Lei não é autoaplicável dependerá sempre de recomendação da chefia imediata ao Prefeito e ficará condicionado a existência do cargo pleiteado, que o servidor possua os requisitos do cargo, tempo mínimo de serviço público municipal de 03(três) anos.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal poderá indeferir a ascensão funcional prevista nesta Lei, caso considere desnecessário a criação de novo cargo de nível superior em área que efetivamente estejam supridas.

CAPÍTULO VII DAS SUBSTITUIÇÕES

Art.19º- O Prefeito Municipal, poderá designar servidores do Quadro de Carreira, para substituir ocupantes de Cargos Comissionados(funções de confiança), nos eventuais impedimentos do exercício de seus titulares.

Art.20º- Nos casos de impedimento legal e temporário dos ocupantes de cargos comissionados, o substituto terá direito a gratificação de função do ocupante substituto cumulativamente com o vencimento do cargo de carreira.

§ Único - A designação para as substituições de Cargos Comissionados, será sempre por Portaria do Prefeito Municipal.

**CAPÍTULO VIII
DA JORNADA DE TRABALHO**

Art.21º- Fica instituído para os servidores da Administração direta, a jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, com intervalo para almoço ou 06(seis) horas em um único turno ininterrupto, observado o total de 44(quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do regimento a ser fixado pelo Executivo Municipal.

**CAPÍTULO IX
DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

Art.22º- Os ocupantes de cargos comissionados, receberão uma gratificação de função correspondente ao percentual de até 50%(cinquenta por cento) sobre o salário base.

**CAPÍTULO X
DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art.23º- A Administração Municipal poderá contratar funcionários temporariamente pelo prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias para suprimento de vagas existente e necessárias ao atendimento de situações emergenciais de excepcional interesse público, desde que não haja candidatos classificados no último concurso público dentro de seu respectivo prazo de validade.

**CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.24º- O pessoal contratado por prazo determinado motivado por situações emergenciais de excepcional interesse público, terá remuneração correspondente a primeira referência salarial da categoria pertencente, não fazendo jus a Progressão e a Ascensão Funcional, estendida aos demais servidores públicos municipais.

Art.25º- A faixa salarial mencionada no Inciso IX do artigo 3º, desta Lei, é composta de variações vertical e horizontal, conforme anexo VII desta Lei.

Par. 1º - A variação horizontal, é constituída de 09(nove) intervalos referenciais, iniciando-se da numeração cardinal "00"(zero zero) até "09"(zero nove), com acréscimos fixos sobre a referência inicial "A-00", na ordem de 3,249(três ponto, dois quatro nove) por cento, indexando as demais referências pela sequência horizontal.

Par. 2º - A variação vertical é constituída por 24(vinte e quatro) intervalos referenciais, nominados pelas letras A, B, C, D, E, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, com acréscimos fixo sobre a categoria anterior, de acordo com a definição no parágrafo anterior.

Par. 3º - O anexo VII - TABELA DE SALÁRIOS, varia da menor referência(A-00) no valor de R\$120,00(cento e vinte reais) e a maior (X-00) no valor de R\$.1.554,00(um mil, e quinhentos e cinquenta e quatro reais), num total de 216(duzentos e dezesseis) possibilidades de salários diferente.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

Art.26 - Fica instituído o Lotacionograma da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, o qual é composto pelos cargos criados no artigo 6º desta Lei, compreendendo: Vagas Criadas, Concursados, contratados e Vagas a preencher.

Par. 4º - Aplica-se no que couber aos casos e situações não definidos neste Plano de Cargos, Carreira e Remuneração o Regimento Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Par. Único - O Lotacionograma instituído na forma deste artigo será de conformidade com o Anexo VIII, subdividido nas letras: A, B, C.

Art.27º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da Dotação Orçamentária Própria dos Órgãos Interessados, constante do Orçamento Programa Municipal, suplementada se necessária.

Art.28º- Os servidores legalmente investidos em cargo público municipal, que embora não disponha dos requisitos exigidos por esta Lei, permanecem com seus direitos adquiridos consubstanciados na Lei vigente à época de suas investiduras, vedada o descumprimento do estabelecido nesta Lei para novos ingressos após a sua entrada em vigor.

Art.29º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação ou afixação.

Art.30º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs.228 de 05 de outubro de 1994 e 283 de 18 de julho de 1997.

Gabinete do Prefeito - Porto Alegre do Norte-Mt., 01 de Junho de 1998.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

ANEXO I - QUADRO DO GRUPO/PESSOAI DE CARREIRA(Alínea "a" do Art.2º - Lei nº307, de 12/06/1998)

NºOrdem	NOMENCLATURA DOS CARGOS	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
01	- Auxiliar de Técnicas Contábeis	II Grau e Experiência Comprovada
02	- Técnico Agrícola	II Grau - Técnico em Agropecuária
03	- Operador de Máquinas	I Grau Incompleto e Experiência
04	- Auxiliar de Administração I	I Grau incompleto
05	- Auxiliar de Administração II	I Grau
06	- Auxiliar de Saúde I	I Grau
07	- Auxiliar de Saúde II	I Grau e Experiência
08	- Auxiliar de Agricultura	I Grau
09	- Agente de Saúde	I Grau
10	- Fiscal I	I Grau
11	- Fiscal II	I Grau e Experiência
12	- Motorista I	I Grau Incompleto e Habilit. Cat."C"
13	- Motorista II	I Grau Incompleto e Habilit. Cat."D"
14	- Motorista III	I Grau Incompleto e Habilit. Cat."E"
15	- Telefonista	I Grau
16	- Vigilante	Alfabetizado
17	- Zelador	Alfabetizado
18	- Serviços Gerais	Alfabetizado
19	- Auxiliar de Enfermagem	II Grau e Experiência
20	- Atendente de Enfermagem	I Grau e Experiência
21	- Almoxarife	I Grau
22	- Marceneiro	I Grau e Experiência
23	- Mecânico	I Grau Incompleto e Experiência
24	- Classificador Contábil	II Grau e Experiência Comprovada
25	- Lanterneiro	I Grau Incompleto e Experiência
26	- Pedreiro	I Grau Incompleto e Experiência
27	- Bioquímico	III Grau em Bioquímica
28	- Odontólogo	III Grau em Odontologia
29	- Enfermeiro	III Grau em Enfermagem
30	- Auxiliar de Marceneiro	I Grau Incompleto
31	- Operador R-X	I Grau Incomp. e Curso Treinamento
32	- Eletricista	I Grau e Experiência
33	- Assistente Administrativo	II Grau e Experiência
34	- Recepcionista	I Grau
35	- Assist. Cirúrgico	II Grau e Experiência
36	- Médico	III Grau em medicina
37	- Bibliotecário	II Grau
38	- Auxiliar de Biblioteca	I Grau
39	- Supervisor de Merenda	II Grau
40	- Merendeira	Alfabetizada
41	- Gari	Alfabetizado

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

ANEXO I I - QUADRO DO GRUPO/DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR 'DAS' (Alínea "b" do Art.2º da Lei nº307 de 12/06/1998)

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
01	- Secretários Municipais	I Grau
02	- Chefes de Departamento	I Grau
03	- Procurador Geral	II Grau
04	- Tesoureiro	I Grau
05	- Contador	III Grau - Ciências Contábeis
06	- Assessor Jurídico	III Grau - Bacharel em Direito
07	- Chefe de Gabinete	I Grau
08	- Chefe de Previdência Municipal	II Grau

ANEXO I I I - QUADRO DO GRUPO/DIREÇÃO E ACESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO 'DAI' (Alínea "c" do Art.2º da Lei nº307 de 12/06/1998)

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
01	- Encarregado Administrativo	I Grau
02	- Encarreg. de Comunicação e Esportes	I Grau
03	- Encarreg. De Máquinas e Transportes	I Grau Incompleto e Experiência
04	- Encarreg. De Limpeza Pública	I Grau Incompleto
05	- Encarreg. Da J.S.M.	I Grau
06	- Encarreg. De Oficina	I Grau e Experiência
07	- Encarreg. De Obras Públicas	I Grau e Experiência
08	- Arrecadador Chefe de Tributos	I Grau e Experiência
09	- Preparador Eleitoral	I Grau
10	- Cadastrador Municipal	I Grau
11	- Assistente Social	III Grau em Assist.Social
12	- Chefe de Vigilância Sanitária	II Grau

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

ANEXO IV - QUADRO PESSOAL DE CARREIRA(Artigo 6º - Lei nº307 de 12/06/1998

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	QUANTIDADES	FAIXA SALARIAL
01	-Auxiliar Téc.Contábeis	03	L-00 á L-09
02	-Técnico Agrícola	01	K-00 á K-09
03	-Operador de Máquinas	08	G-00 á G-09
04	-Aux. de Administração I	06	A-00 á A-09
05	-Aux. de Administração II	10	C-00 á C-09
06	-Auxiliar de Saúde I	03	A-00 á A-09
07	-Auxiliar de Saúde II	07	B-00 á B-09
08	-Auxiliar de Agricultura	03	B-00 á B-09
09	-Agente de Saúde	13	A-00 á A-09
10	-Fiscal I	03	C-00 á C-09
11	-Fiscal II	02	D-00 á D-09
12	-Motorista I	03	D-00 á D-09
13	-Motorista II	07	E-00 á E-09
14	-Motorista III	04	F-00 á F-09
15	-Telefonista	08	A-00 á A-09
16	-Vigilante	12	A-00 á A-09
17	-Zelador	10	A-00 á A-09
18	-Serviços Gerais	10	A-00 á A-09
19	-Aux. De Enfermagem	05	B-00 á B-09
20	-Atendente de Enfermagem	10	B-00 á B-09
21	- Almojarife	02	E-00 á E-09
22	- Marceneiro	02	E-00 á E-09
23	- Mecânico	02	E-00 á E-09
24	- Classificador Contábil	02	M-00 á M-09
25	- Lanterneiro	01	E-00 á E-09
26	- Pedreiro	02	F-00 á F-09
27	- Bioquímico	01	Produtividade
28	- Odontólogo	02	Produtividade
29	- Enfermeiro	01	X-00 á X-09
30	- Auxiliar de Marceneiro	01	C-00 á C-09
31	- Operador R-X	01	D-00 á D-09
32	- Eletricista	02	E-00 á E-09
33	- Assistente Administrativo	02	E-00 á E-09
34	- Recepcionista	02	A-00 á A-09
35	- Assist. Girúrgico	01	D-00 á D-09
36	- Médico	02	Produtividade
37	- Bibliotecário	02	C-00 á C-09
38	- Auxiliar de Biblioteca	03	B-00 á B-09
39	- Supervisor de Merenda	01	B-00 á B-09
40	- Merendeira	09	A-00 á A-09
41	- Gari	10	B-00 á B-09

Prefeitura Municipal de
Porto Alegre do Norte

ANEXO V - QUADRO PESSOAL COMISSIONADO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
SUPERIOR-DAS

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	QUANTIDADES	FAIXA SALARIAL
01	- Secretários Municipais	06	I-00 á I-09
02	- Chefes de Departamento	03	I-00 á I-09
03	- Procurador Geral	01	I-00 á I-09
04	- Tesoureiro	01	I-00 á I-09
05	- Contador	01	W-00 á W-09
06	- Assessor Jurídico	01	J-00 á J-09
07	- Chefe de Gabinete	01	I-00 á I-09
08	- Chefe Previdência Municipal	01	G-00 á G-09

ANEXO VI - QUADRO PESSOAL COMISSIONADO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
INTERMEDIÁRIO-DAI

NºORDEM	NOMENCLATURADOS CARGOS	QUANTIDADE	FAIXA SALARIAL
01	Encarregado Administrativo	03	D-00 á D-09
02	Encar. Comunicação e Esportes	01	E-00 á E-09
03	Encar. Máquinas e Transportes	01	C-00 á C-09
04	Encarreg. De Limpeza Pública	01	C-00 á C-09
05	Encarreg. Da J.S.M.	01	C-00 á C-09
06	Encarreg. De Oficina	01	F-00 á F-09
07	Encarreg. De Obras Públicas	01	D-00 á D-09
08	Arrecadador Chefe de Tributos	01	D-00 á D-09
09	Preparador Eleitoral	01	C-00 á C-09
10	Cadastrador	01	C-00 á C-09
11	Assistente Social	01	F-00 á F-09
12	Chefe de Vigilância Sanitária	01	D-00 á D-09

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

Anexo VII – TABELA DE SALÁRIOS (Arts.9º e 12º da Lei nº307 de 12/06/1998)

FAIXA SALARIAL	REFERÊNCIA S ALÍNEA	00	01	02	03	04	05	06	07	08
1,0	A	130,00	136,50	143,00	149,50	156,60	162,50	169,00	175,,50	181,50
1,5	B	195,00	201,50	208,00	214,50	221,00	227,50	234,00	240,50	247,00
2,0	C	260,00	266,50	273,00	279,50	286,00	292,50	299,00	305,50	312,00
2,5	D	325,00	331,50	338,00	344,50	351,00	357,50	364,00	370,50	377,00
3,0	E	390,00	396,50	413,00	409,50	416,00	422,50	429,00	435,50	442,00
3,5	F	455,00	461,50	468,00	474,50	481,00	487,50	494,00	500,50	507,00
4,0	G	520,00	526,50	533,00	539,50	546,00	552,50	559,00	565,50	572,00
4,5	H	585,00	591,50	598,00	604,50	611,00	617,50	624,00	630,50	637,00
5,0	I	650,00	656,50	663,00	669,50	676,00	682,50	689,00	695,50	702,00
5,5	J	715,00	721,50	728,00	734,50	741,00	747,50	754,00	760,50	767,00
6,0	K	780,00	786,50	793,00	799,50	806,00	812,50	819,00	825,50	832,00
6,5	L	845,00	851,50	858,00	864,50	871,00	877,50	884,00	890,50	897,00
7,0	M	910,00	916,50	923,00	929,50	936,00	942,50	949,00	955,50	962,00
7,5	N	975,00	981,50	988,00	994,50	1.001,00	1.007,50	1.014,00	1.020,50	1.027,00
8,0	O	1.040,00	1.046,50	1.053,00	1.059,50	1.066,00	1.072,50	1.079,00	1.085,50	1.092,00
8,5	P	1.105,00	1.111,50	1.118,00	1.124,50	1.131,00	1.137,50	1.144,00	1.150,50	1.157,00
9,0	Q	1.170,00	1.176,50	1.183,00	1.189,50	1.196,00	1.202,50	1.209,00	1.215,50	1.222,00
9,5	R	1.235,00	1.241,50	1.248,00	1.254,50	1.261,00	1.267,50	1.274,00	1.280,50	1.287,00
10,0	S	1.300,00	1.306,50	1.313,00	1.319,50	1.326,00	1.332,50	1.339,00	1.345,50	1.352,00
10,5	T	1.365,00	1.375,50	1.378,00	1.384,50	1.391,00	1.397,50	1.404,00	1.410,50	1.417,00
11,0	U	1.430,00	1.443,00	1.443,00	1.449,50	1.456,00	1.462,50	1.469,00	1.475,50	1.482,00
11,5	V	1.495,00	1.501,50	1.508,00	1.514,50	1.521,00	1.527,50	1.534,00	1.540,50	1.547,00
12,0	W	1.560,00	1.566,50	1.573,00	1.579,50	1.586,00	1.592,50	1.599,00	1.605,50	1.612,00
12,5	X	1.625,00	1631,50	1.638,00	1.644,50	1.651,00	1.657,50	1.664,00	1.670,50	1.677,00

Prefeitura Municipal de
Porto Alegre do Norte

ANEXO VIII-LOTACIONOGRAMA DA PREFEITURA MUN.DE PORTO A
DO NORTE-MT

(Parágrafo Único do Artigo 26º - Lei nº307 de 12/06/198)

A)PESSOAL DE CARREIRA

NºORDE M	NOMENCLATUR A DOS CARGOS	VAGAS CRIADA S	CONCUR - SADOS	CONTRA - TADOS	VAGAS À PREENCHE R
01	-Auxiliar Téc.Contábeis	03	02	00	01
02	-Técnico Agrícola	01	01	00	00
03	-Operador de Máquinas	08	01	03	04
04	-Aux.de Administração I	06	01	01	04
05	-Aux.de Administração II	10	05	05	00
06	-Auxiliar de Saúde I	03	00	00	03
07	-Auxiliar de Saúde II	07	05	02	00
08	-Auxiliar de Agricultura	03	00	01	02
09	-Agente de Saúde	13	00	00	13
10	-Fiscal I	03	00	00	03
11	-Fiscal II	02	00	00	02
12	-Motorista I	03	01	04	02
13	-Motorista II	07	02	01	04
14	-Motorista III	04	00	01	03
15	-Telefonista	08	05	03	00
16	-Vigilante	12	02	09	01
17	-Zelador	10	07	03	00
18	-Serviços Gerais	10	04	06	00
19	-Aux. De Enfermagem	05	03	02	00
20	-Atendente de Enfermagem	10	09	01	00
21	- Almoxarife	02	00	00	02
22	- Marceneiro	02	00	00	02
23	- Mecânico	02	00	00	02
24	- Classificador Contábil	02	00	00	02
25	- Lanterneiro	01	00	00	01
26	- Pedreiro	02	00	00	02
27	- Bioquímico	01	00	00	01
28	- Odontólogo	02	00	00	02
29	- Enfermeiro	01	00	01	00

Estado de Mato Grosso
 Prefeitura Municipal de
 Porto Alegre do Norte

30	- Auxiliar de Marceneiro	01	00	01	00
31	- Operador R-X	01	00	00	01
32	- Eletricista	02	00	00	02
33	- Assistente Administrativo	02	00	00	02
34	- Recepcionista	02	00	00	02
35	- Assist. Cirúrgico	01	00	00	01
36	- Médico	02	00	02	00
37	- Bibliotecário	02	00	00	02
38	- Auxiliar de Biblioteca	03	01	00	02
39	- Supervisor de Merenda	01	01	00	00
40	- Merendeira	09	02	02	05
41	- Gari	10	00	10	00

ANEXO VIII-LOTACIONOGRAMA DA PREFEITURA MUN.DE PORTO A DO NORTE-MT
 (Parágrafo Único do Artigo 26º - Lei nº307 de 12/06/198)

B) DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR/DAS

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	VAGAS PREVISTAS	CONCURSADOS	CONTRATADOS	VAGAS À PREENCHER
01	- Secretários Municipais	06	00	05	01
02	- Chefes de Departamento	03	0	02	01
03	- Procurador Geral	01	00	01	00
04	- Tesoureiro	01	00	01	00
05	- Contador	01	00	01	00
06	- Assessor Jurídico	01	00	01	00
07	- Chefe de Gabinete	01	00	01	00
08	- Chefe de Previdência Municipal	01	00	00	01

Estado de Mato Grosso
 Prefeitura Municipal de
 Porto Alegre do Norte

ANEXO VIII-LOTACIONOGRAMA DA PREFEITURA MUN.DE PORTO A DO NORTE-MT
 (Parágrafo Único do Artigo 26º - Lei nº307 de 12/06/198)

C) DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO/DAI

NºORDEM	NOMENCLATURA DOS CARGOS	VAGAS CRIADAS	CONCURSADOS	CONTRATADOS	VAGAS À PREENCHER
01	Encarregado Administrativo	03	00	02	01
02	Encarreg. de Comunicação e Esportes	01	00	01	00
03	Encarreg. De Máquinas e Transportes	01	00	01	00
04	Encarreg. De Limpeza Pública	01	00	01	0
05	Encarreg. Da J.S.M.	01	00	01	00
06	Encarreg. De Oficina	01	00	00	01
07	Encarreg. De Obras Públicas	01	00	00	01
08	Arrecadador Chefe de Tributos	01	00	01	00
09	Preparador Eleitoral	01	00	01	00
10	Cadastrador	01	00	00	01
11	Assistente Social	01	00	00	01
12	Chefe de Vigilância Sanitária	01	00	00	01



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - Despesas com pessoal em substituição

APÊNDICE - B

Despesas com pessoal em substituição

Data	Nº do Empenho	Creator	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidação)	Valor Pago	Elemento de Despesa(Descrição)	Descrição
25/09/2017	004365/2017	LUZIA AMÉRICO RAMOS	1.457,71	1.457,71	233,24	1.224,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV TECNICOS EM ENFERMAGEM PRESTADOS AO PROG SAUDE DA FAMÍLIA NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004369/2017	MARIA DO SOCORRO MARINHO	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV TECNICOS EM ENFERMAGEM PRESTADOS AO PROG SAUDE DA FAMÍLIA NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004371/2017	JEANE LUIZ COSTA	600,00	600,00	96,00	504,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV DE ENFERMAGEM PRESTADOS NA COBERTURA DE PLANTAS NO HOSPITAL MUNICIPAL NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004372/2017	ANA PAULA VOLTOLINI	360,00	360,00	57,60	302,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV DE ENFERMAGEM PRESTADOS NA COBERTURA DE PLANTAS NO HOSPITAL MUNICIPAL NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004930/2017	ANA PAULA VOLTOLINI	90,00	90,00	14,40	75,60	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE PLANTAO NA FUNCAO DE TECNICA DE ENFERMAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004960/2017	JANAINA BARROS MACIEL	3.744,10	3.744,10	744,10	3.000,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENFERMEIRA NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF AEROPORTO SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004962/2017	LUZIA AMÉRICO RAMOS	1.457,71	1.457,71	233,24	1.224,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE AUXILIA DE ENFERMAGEM NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004963/2017	MARIA DO SOCORRO MARINHO	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENFERMEIRA NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF AEROPORTO SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005491/2017	JANAINA BARROS MACIEL	3.744,10	3.744,10	744,10	3.000,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE AUXILIA DE ENFERMAGEM NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005493/2017	LUZIA AMÉRICO RAMOS	1.457,71	1.457,71	233,24	1.224,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE AUXILIA DE ENFERMAGEM NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005494/2017	MARIA DO SOCORRO MARINHO	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENFERMEIRA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005503/2017	LUCIENE COELHO SILVA	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS COMO TECNICA DE ENFERMAGEM NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005506/2017	ANA PAULA VOLTOLINI	810,00	810,00	128,00	682,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENFERMEIRA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
30/10/2017	005710/2017	MARIA APARECIDA DA SILVA	518,20	518,20	18,14	500,06	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMP. REF. AOS SERV. PRESTADOS DE ENFERMEIRA ACOMPANHANDO O PACIENTE FRANCISCO ROSÁLVES PARENTE ENCAMINHADO EM ESTADO GRAVE PARA PALMAS-TO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
31/10/2017	005796/2017	BERGO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS	518,20	518,20	0,00	0,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMP. REF. AOS SERV. PRESTADOS DE ENFERMEIRA ACOMPANHANDO O PACIENTE JARDEL GUIMARÃES SOUZA ENCAMINHADO EM ESTADO GRAVE PARA GOIANIA-GO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006198/2017	EVELINE MUNK E SOUZA FIGUEIREDO	1.800,00	1.800,00	288,00	1.512,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS COMO ENFERMEIRA DO PRONTO ATENDIMENTO NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006199/2017	JANAINA BARROS MACIEL	3.744,10	3.744,10	744,10	3.000,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENFERMEIRA NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006202/2017	LUZIA AMÉRICO RAMOS	1.457,71	1.457,71	233,24	1.224,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE AUXILIA DE ENFERMAGEM NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006203/2017	MARIA DO SOCORRO MARINHO	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS COMO TECNICA DE ENFERMAGEM NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006210/2017	LUCIENE COELHO SILVA	1.905,46	1.905,46	304,87	1.600,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS COMO TECNICA DE ENFERMAGEM NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF BARRUT SECRETARIA DE SAUDE.
	Total		75.525,54	75.525,54	13.291,86			

Data	Nº do Empenho	Creator	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidação)	Valor Pago	Elemento de Despesa(Descrição)	Descrição
24/02/2017	000729/2017	RAMUNDO PEREIRA FILHO	1.100,00	1.100,00	165,00	935,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DE ZELADOR DO APARELHO RECEPTOR DE TV NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE CULTURA ESPORTES LAZER.
24/02/2017	000758/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DE ZELADOR PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA VACAO E OBRAS PUBLICAS.
24/02/2017	000760/2017	ADRIANO ALVES RAMOS	1.185,00	1.185,00	177,75	1.007,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DE ZELADOR PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA VACAO E OBRAS PUBLICAS.
24/02/2017	001374/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO ZELADOR E NA ABERTURA DE COVAS NO CEMITERIO NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/02/2017	001427/2017	RAMUNDO PEREIRA FILHO	1.100,00	1.100,00	165,00	935,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. PREST SERV DE ZELADOR DO APARELHO RECEPTOR DO SINAL DE TV DA CIDADE DE PORTO ALEGRE DO NORTE NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA ESPORTES LAZER.
20/04/2017	001633/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVICOS PRESTADOS DE ZELADOR DO CEMITERIO E NA ABERTURA DE COVA NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
25/05/2017	002543/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERV. NA FUNCAO DE ZELADOR NO CEMITERIO E ABERTURA DE COVAS REF. AO MES DE MARÇO/17. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE VACAO E OBRAS PUBLICAS.
26/05/2017	003087/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE ZELADOR DO CEMITERIO MUNICIPAL E ABERTURA DE COVA(NA) NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
26/07/2017	003626/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS DE ZELADOR NO CEMITERIO MES 07/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
25/08/2017	004399/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	206,00	1.094,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004497/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	206,00	1.094,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE ZELADOR DO CEMITERIO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005537/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	206,00	1.094,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE ZELADOR DO CEMITERIO NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PUBLICAS.
24/11/2017	006226/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	206,00	1.094,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COM ABERTURA DE COVAS E ZELADOR NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
	Total		16.388,00	16.388,00	2.809,76	13.578,24		

Data	Nº do Empenho	Creator	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidação)	Valor Pago	Elemento de Despesa(Descrição)	Descrição
31/01/2017	000020/2017	SUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	607,30	607,30	24,20	583,10	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO PRESTACAO DE SERVICOS DE MOTORISTA REF A 10 DIAS TRABALHADO NO MES DE JANEIRO 2017. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
31/01/2017	000272/2017	EDISON BEZERRA PEDROSO	1.825,98	1.825,98	273,90	1.552,08	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO PRESTACAO NA FUNCAO DE MOTORISTA NA UNIDADE SAUDE PSF REF AO MES JANEIRO 2017. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAUDE.
31/01/2017	000399/2017	BANES MONTEIRO COSTA	800,00	800,00	120,00	680,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO A PRESTACAO DE SERVICOS NA FUNCAO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCACAO.
24/02/2017	000747/2017	EDISON BEZERRA PEDROSO	1.625,96	1.625,96	273,90	1.352,06	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DE MOTORISTA PRESTADOS AO PSF NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA SAUDE.
24/02/2017	000789/2017	SUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	1.958,69	1.958,69	293,80	1.664,89	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DE MOTORISTA PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA VACAO E OBRAS PUBLICAS.
24/02/2017	000797/2017	RODRIGO CESAR MARTINS BARCELOS	1.145,04	1.145,04	171,75	973,29	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. SERVICOS DEMOTORISTA PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA VACAO E OBRAS PUBLICAS.
13/03/2017	001048/2017	RODRIGO CESAR MARTINS BARCELOS	905,34	905,34	135,80	769,54	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO REF PRESTACAO DE SERVICOS DE MOTORISTA NO MES 03/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. VAC. OBRAS PUBLICAS.
24/03/2017	001358/2017	RODRIGO CESAR MARTINS BARCELOS	1.183,75	1.183,75	177,56	1.006,19	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001388/2017	SUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.420,36	2.420,36	381,81	2.038,55	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001389/2017	EDISON BEZERRA PEDROSO	1.825,98	1.825,98	273,90	1.552,08	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA DA AMBULANCIA DA UNIDADE DE NOVA FLORESTA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001403/2017	BRUNO DE ALMEIDA SILVA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR SETOR COLOMNA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001405/2017	ELDNO ALVES DE SOUZA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR NOVA FLORESTA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001406/2017	HLARIO PINHEIRO DOS SANTOS	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR SETOR COLOMNA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001407/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR LINHA VITORAMANTINHO NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001414/2017	RENALDO LUIS DE SOUZA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR EM NOVA FLORESTA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001415/2017	SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR EM NOVA FLORESTA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001416/2017	BRUNO VIEIRA DE JESUS	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR NO SETOR VALDECY NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001423/2017	ADAO DE SOUSA PARENTE	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR LINHA VITORAMANTINHO NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001425/2017	JOAO SANTANA SILVA	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA COM TRANSPORTE ESCOLAR LINHA VITORAMANTINHO NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001854/2017	RODRIGO CESAR MARTINS BARCELOS	2.062,88	2.062,88	314,42	1.748,46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001857/2017	RAMUNDO JACINTO LIMA	1.185,00	1.185,00	177,75	1.007,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO CMAHNO DO LINDO NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001859/2017	SUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.200,89	2.200,89	334,24	1.866,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001887/2017	BRUNO DE ALMEIDA SILVA	2.488,73	2.488,73	366,20	2.092,53	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR COLONIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001890/2017	HLARIO PINHEIRO DOS SANTOS	2.488,73	2.488,73	366,20	2.092,53	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA ESCOLAR DA ESCOLA DE NOVA FLORESTA NO MES 04/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001891/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA ESCOLAR DA ESCOLA DE NOVA FLORESTA NO MES 04/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001895/2017	RENALDO LUIS DE SOUZA	2.238,79	2.238,79	342,46	1.896,33	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA DA ESCOLA NOVA FLORESTA NO MES 04/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001896/2017	SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA	2.188,73	2.188,73	331,17	1.857,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA DA ESCOLA DE NOVA FLORESTA NO MES 04/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001897/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVICOS PRESTADOS COMO MOTORISTA ESCOLA SETOR VALDECY NO MES 04/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
20/04/2017	001901/2017</							

20/05/2017	003094/2017	JUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	1.884,11	1.884,11	262,60	1.621,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE MOTORISTA NO MES DE JUNHO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
20/05/2017	003107/2017	EMERSON MORAIS DE SOUZA	1.822,00	1.822,00	273,20	1.548,79	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE MOTORISTA NO MES DE JUNHO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
30/06/2017	003237/2017	BRUNO DE ALMEIDA SILVA	2.486,73	2.486,73	366,20	2.000,53	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL(SETOR COLONIA GOIAS) REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003242/2017	ELDNO ALVES DE SOUZA	3.123,90	3.123,90	534,31	2.589,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003244/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	2.486,73	2.486,73	366,20	2.000,53	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003250/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.298,79	2.298,79	342,26	1.956,53	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL(SETOR COLONIA GOIAS) REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003276/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	2.186,73	2.186,73	331,17	1.855,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003281/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2.186,73	2.186,73	331,17	1.855,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL(SETOR COLONIA GOIAS) REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003283/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL(SETOR VALDECY) REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003289/2017	ADÃO DE SOUSA PARENTE	2.186,73	2.186,73	331,17	1.855,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003291/2017	JOAO SANTANA SILVA	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
11/07/2017	003482/2017	MARCIANO CARVALHO GUIMARÊS	1.884,11	1.884,11	75,26	1.808,85	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NO MES DE JUNHO 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
25/07/2017	003633/2017	JUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.231,95	2.231,95	340,97	1.890,98	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA
25/07/2017	003645/2017	EMERSON MORAIS DE SOUZA	1.822,00	1.822,00	273,20	1.548,79	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA
25/07/2017	003647/2017	BRUNO DE ALMEIDA SILVA	1.272,53	1.272,53	190,88	1.081,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR SETOR COLONIA GOIAS ZONA RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003649/2017	MARCIANO CARVALHO GUIMARÊS	2.204,62	2.204,62	335,05	1.869,57	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA NO MES 07/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
25/07/2017	003666/2017	ELDNO ALVES DE SOUZA	1.561,95	1.561,95	234,29	1.327,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003670/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	1.272,53	1.272,53	190,88	1.081,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR SETOR COLONIA GOIAS ZONA RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003671/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.290,86	2.290,86	353,73	1.937,13	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003674/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	1.072,53	1.072,53	160,88	911,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA EM NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003676/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	1.072,53	1.072,53	160,88	911,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003683/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	780,97	780,97	117,14	663,83	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR SETOR VALDECY PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003687/2017	ADÃO DE SOUSA PARENTE	1.072,53	1.072,53	160,88	911,65	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003688/2017	JOAO SANTANA SILVA	780,97	780,97	117,14	663,83	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR SETOR VALDECY PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
21/08/2017	004226/2017	DIORENE PEREIRA CARDOSO	600,00	600,00	24,00	576,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVOS AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE MOTORISTA EM SUBSTITUICAO AO SERVIDOR JOSE VILSON QUE ESTAVIA DE LICENÇA PRÊMIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE OBRAS.
25/08/2017	004395/2017	BRUNO DE ALMEIDA SILVA	2.786,73	2.786,73	480,09	2.297,64	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESP RE SERV PRESTADOS DE MOTORISTA DO TRANSP ESCOLAR NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRET DE EDUCACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004398/2017	MARCIANO CARVALHO GUIMARÊS	2.245,61	2.245,61	366,30	1.879,30	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV DE MOTORISTA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004406/2017	JUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.300,27	2.300,27	378,79	1.921,48	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA EM NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/08/2017	004417/2017	EMERSON MORAIS DE SOUZA	2.040,64	2.040,64	316,74	1.723,90	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR DA ESCOLA EM NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004626/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	2.486,73	2.486,73	421,07	2.065,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR SETOR COLONIA GOIAS I - ZONA RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
31/08/2017	004627/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.386,73	2.386,73	398,39	1.988,34	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR SETOR COLONIA GOIAS I - ZONA RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
31/08/2017	004632/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	2.586,73	2.586,73	424,74	2.161,99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR DA ESCOLA EM NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004635/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2.186,73	2.186,73	353,04	1.833,69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004636/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	2.186,73	2.186,73	353,04	1.833,69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004641/2017	JOAO SANTANA SILVA	2.186,73	2.186,73	353,04	1.833,69	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA FLORESTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004643/2017	JOSE PEREIRA DOS ANJOS	838,90	838,90	132,63	696,27	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE MOTORISTA TRANSP ESCOLAR DA ESCOLA ANTONIA LEAO DOS SANTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
05/09/2017	004684/2017	SILSON ALVES PEREIRA	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS NO CARGO DE MOTORISTA COBRANDO FERRAS DO SERVIDOR JOSE ROBERTO RUFFINO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO CONSELHO TUTELAR SEC DE PROMOCAO SOCIAL.
22/09/2017	004937/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	2.752,32	2.752,32	481,30	2.271,02	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004938/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.652,32	2.652,32	458,62	2.193,70	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004941/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	2.652,32	2.652,32	458,62	2.193,70	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004942/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2.252,32	2.252,32	387,80	1.864,52	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004943/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	2.252,32	2.252,32	387,80	1.864,52	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004945/2017	JOAO SANTANA SILVA	2.252,32	2.252,32	387,80	1.864,52	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004946/2017	JOSE PEREIRA DOS ANJOS	2.089,68	2.089,68	331,14	1.758,54	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004948/2017	DIORENE PEREIRA CARDOSO	2.252,32	2.252,32	387,80	1.864,52	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/09/2017	004967/2017	EDSON BEZERRA PEDROSO	2.373,77	2.373,77	396,45	1.977,32	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/09/2017	004968/2017	JUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.441,48	2.441,48	353,86	1.987,62	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV DE MOTORISTA MES 09/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004993/2017	EMERSON MORAIS DE SOUZA	2.263,83	2.263,83	370,52	1.893,31	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004995/2017	MARCIANO CARVALHO GUIMARÊS	2.386,82	2.386,82	388,41	1.998,41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005497/2017	EDSON BEZERRA PEDROSO	2.373,77	2.373,77	396,45	1.977,32	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005544/2017	JUSTAVO DE ALENCAR DOS SANTOS	2.766,48	2.766,48	464,39	2.281,09	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005545/2017	EMERSON MORAIS DE SOUZA	2.241,06	2.241,06	385,36	1.855,70	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005559/2017	MARCIANO CARVALHO GUIMARÊS	2.359,49	2.359,49	392,21	1.967,28	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAC E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005562/2017	JOSE PEREIRA DOS ANJOS	2.715,81	2.715,81	473,01	2.242,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005565/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	2.715,81	2.715,81	473,01	2.242,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005566/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.615,81	2.615,81	450,34	2.165,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005569/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	2.815,81	2.815,81	466,66	2.320,15	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005570/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2.415,81	2.415,81	404,99	2.010,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005571/2017	SILVIO VIEIRA DE JESUS	2.415,81	2.415,81	404,99	2.010,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005573/2017	JOAO SANTANA SILVA	2.415,81	2.415,81	404,99	2.010,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005575/2017	CARLOS FIGUEIRO DOS SANTOS	2.715,81	2.715,81	473,01	2.242,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/11/2017	006206/2017	EDSON BEZERRA PEDROSO	2.768,73	2.768,73	473,34	2.281,41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
24/11/2017	006213/2017	HLARIO FINHEIRO DOS SANTOS	3.315,81	3.315,81	618,33	2.697,48	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA COLONIA GOIAS I NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/11/2017	006214/2017	BANES MONTEIRO COSTA	2.615,81	2.615,81	450,34	2.165,47	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/11/2017	006217/2017	REINALDO LUIS DE SOUZA	2.715,81	2.715,81	473,01	2.242,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/11/2017	006218/2017	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2.415,81	2.415,81	404,99	2.010,82		

27/02/2017	000812/2017	CASSIA GISELE PEREIRA DA COSTA	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS A CASA DAS VOLUNTARIAS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000813/2017	ELIANE NUNES DOS SANTOS	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS AO PROGRAMA SCVP NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000814/2017	JULIANA RODRIGUES NOLETO	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS AO CRAS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000815/2017	ELA JARDIM SOARES	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS AO PROGRAMA SCVP NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000817/2017	MARIA JANE TRANQUERA DA SILVA	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000818/2017	MARIA MARTA ALVES PAGEM	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000820/2017	MARCELINE PEREIRA SOBRAL	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
27/02/2017	000821/2017	TELLMA TAVARES DE OLIVEIRA	1.913,10	1.913,10	286,96	1.626,14	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 02/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
15/03/2017	001094/2017	DAIDES RIBEIRO DA CRUZ	350,00	350,00	14,00	336,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO REF SERV GERAIS PRESTADOS NO GINÁSIO DE ESPORTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA.
15/03/2017	001095/2017	HORLANDO BORGES DE MOURA	1.441,82	1.441,82	57,67	1.384,15	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL SERV GERAIS PRESTADOS EM FEV/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE VACAO E OBRAS PÚBLICAS.
24/03/2017	001149/2017	MARCOS PEREIRA DE SOUSA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS COM LIMPEZA DO PATIO DO PRONTO ATENDIMENTO NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001143/2017	WILLIAMAR DA SILVA PAGEM	1.552,39	1.552,39	232,89	1.320,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS COMO PINTOR NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001135/2017	MARIA MARTA ALVES PAGEM	1.150,00	1.150,00	172,50	977,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001136/2017	PEZRO DE SOUSA ANDRADE	1.300,00	1.300,00	195,00	1.105,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001137/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.500,00	1.500,00	225,00	1.275,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001138/2017	RAMUNDO NONATO OLIVEIRA VIANA	1.319,99	1.319,99	198,00	1.121,99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO PREDIO DA PREFEITURA NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
24/03/2017	001138/2017	ELICIANA PEREIRA DA SILVA	1.444,00	1.444,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA LIMPEZA DO CENTRO DE SAÚDE NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001138/2017	DANIELA DE SOUZA BRITO	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA LIMPEZA DO PSF AEROPORTO NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001138/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA LIMPEZA DO PSF DE NOVA FLORESTA NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001138/2017	SANDRA PEREIRA DA SILVA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA LIMPEZA DO PSF 1 NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/03/2017	001140/2017	JUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB SEC. DE EDUCAÇÃO.
24/03/2017	001141/2017	MARIA APARECIDA DA COSTA SILVA	937,00	937,00	140,59	796,41	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA ESCOLA SEBASTIAO VALDECY NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB SEC. DE EDUCAÇÃO.
24/03/2017	001142/2017	ELISMAR GUIMARÃES DA SILVA	1.200,00	1.200,00	180,00	1.020,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO OPTO DE ESPORTE E LAZER NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB SEC. DE EDUCAÇÃO.
24/03/2017	001142/2017	MULAS SALES DA CRUZ	1.646,66	1.646,66	247,00	1.399,66	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS APOIO NA PINTURA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB SEC. DE EDUCAÇÃO.
20/04/2017	001181/2017	JESUS CARLOS PINTO	1.698,96	1.698,96	254,82	1.444,14	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001185/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.609,91	1.609,91	253,64	1.437,27	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001188/2017	PEDRO DE SOUSA ANDRADE	1.441,82	1.441,82	216,27	1.225,55	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
20/04/2017	001186/2017	MARCOS PEREIRA DE SOUSA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REL. AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO PATIO DO PRONTO SOCORRO NO MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.
20/04/2017	001191/2017	ELISMAR GUIMARÃES DA SILVA	1.200,00	1.200,00	180,00	1.020,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PRESTACAO DE SERVIÇOS COM APOIO DE SERVIÇOS GERAIS NO DEP. DE ESPORTE LAZER ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC DE EDUCAÇÃO.
20/04/2017	001191/2017	ELICIANA PEREIRA DA SILVA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NA LIMPEZA DO CENTRO DE SAÚDE MUNICIPAL RELATIVO O MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
20/04/2017	001192/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO REF PREST DE SERVIÇOS GERAIS NA UNIDADE PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA NOVA FLORESTA REL MES ABRIL/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.
20/04/2017	001192/2017	ADRIANO ALEXO DA SILVA	1.268,80	1.268,80	190,32	1.078,48	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO REF PREST DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA NA UNIDADE PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA II REL MES DE ABRIL/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.
03/05/2017	002103/2017	RAMUNDO NONATO OLIVEIRA VIANA	1.100,00	1.100,00	60,00	1.040,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA CARAVANA DA TRANSFORMACAO NO ESTADIO GEIL ARAUJO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO.
08/05/2017	002177/2017	MANGEL DIAS DOS SANTOS	420,00	420,00	63,00	357,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 05/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PÚBLICAS.
10/05/2017	002209/2017	ADRIANO ALEXO DA SILVA	910,00	910,00	136,50	773,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REF SERVIÇOS PRESTADOS GERAIS PRESTADOS NO MES 05/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PÚBLICAS.
10/05/2017	002201/2017	AMURY CAMPOS DA CRUZ	210,00	210,00	31,50	178,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DISP EMPENHADA REF SERVIÇOS PRESTADOS GERAIS PRESTADOS NO MES 05/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PÚBLICAS.
10/05/2017	002202/2017	EDIVALDO PRADO DE ANDRADE	840,00	840,00	126,00	714,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DISP EMPENHADA REF SERVIÇOS PRESTADOS GERAIS PRESTADOS NO MES 05/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VACAO E OBRAS PÚBLICAS.
11/05/2017	002229/2017	RAMUNDO NONATO OLIVEIRA VIANA	330,00	330,00	49,50	280,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002221/2017	CLAUDIO ANTONIO DA SILVA	420,00	420,00	63,00	357,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002222/2017	JULIENNE MENDES DA SILVA	330,00	330,00	49,50	280,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002223/2017	GENIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA	210,00	210,00	31,50	178,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS RELATIVO AO MES DE MAIO DE 2017 ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
11/05/2017	002224/2017	ADRIANO ALEXO DA SILVA	330,00	330,00	49,50	280,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002225/2017	ELTON JOHN MUNIZ	390,00	390,00	58,50	331,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002227/2017	MARCEL SILVA DE ABREU	420,00	420,00	63,00	357,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002228/2017	WILLIAMAR DA SILVA PAGEM	330,00	330,00	49,50	280,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS RELATIVO O MES DE ABRIL 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
11/05/2017	002235/2017	JEOVANE PEREIRA RODRIGUES	140,00	140,00	21,00	119,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
11/05/2017	002237/2017	LUCAS DIAS CORREIA	490,00	490,00	73,50	416,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REF. A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
11/05/2017	002238/2017	RAMUNDO RODRIGUES PINTO	910,00	910,00	136,50	773,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
11/05/2017	002239/2017	SERGIO LUIZ RIBESIL	980,00	980,00	147,00	833,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
11/05/2017	00241/2017	SEBASTIÃO AMANCIO DE SOUZA	770,00	770,00	115,50	654,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
11/05/2017	00242/2017	OLERINDO RIBEIRO DE SOUZA	700,00	700,00	105,00	595,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC DE OBRAS.
11/05/2017	00243/2017	RAYLAN ABREU SOUZA	770,00	770,00	115,50	654,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
11/05/2017	00244/2017	OSMARINO RIBEIRO DE SOUZA	700,00	700,00	105,00	595,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC DE OBRAS.
15/05/2017	002302/2017	VANI DE ALMEIDA	630,00	630,00	94,50	535,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
15/05/2017	002303/2017	VALTEIRES PEREIRA DA SILVA	1.000,00	1.000,00	150,00	850,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
15/05/2017	002306/2017	AGRIMAR SANTANA DA SILVA	450,00	450,00	67,50	382,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS REALIZADA NO PATIO DO GINÁSIO POR 9 (NOVE) DIAS NA CARAVANA DA TRANSFORMACAO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
18/05/2017	002349/2017	MANGEL DIAS DOS SANTOS	210,00	210,00	31,50	178,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS REF. A 8 DIAS TRABALHADOS NO MES DE MAIO 2017 ATENDENDO A SECRETARIA DE OBRAS.
24/05/2017	002429/2017	ELICIANA PEREIRA DA SILVA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA LIMPEZA DO CENTRO DE SAÚDE MUNICIPAL REF. AO MES DE MAIO 2017.
24/05/2017	002431/2017	DANIELA DE SOUZA BRITO	1.237,60	1.237,60	185,63	1.051,97	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA LIMPEZA DA UNIDADE PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA NOVA FLORESTA REF. AO MES DE MAIO/2017 ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/05/2017	002432/2017	MARCELINE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	172,50	977,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES DE MAIO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.
24/05/2017	002435/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA LIMPEZA DA UNIDADE BASICA PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA DE NOVA FLORESTA REF. AO MES DE MAIO/2017 ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/05/2017	002437/2017	MULAS SALES DA SILVA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA LIMPEZA DA UNIDADE BASICA PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA DE NOVA FLORESTA REF. AO MES DE MAIO/2017 ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
24/05/2017	00248/2017	WANDER PEREIRA DA CRUZ	1.559,98	1.559,98	234,00	1.325,98	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NA FUNCAO DE PINTOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPTO DE ESPORTE SEC. DE EDUCAÇÃO.
24/05/2017	00248/2017	MIRIAN SILVA DE ABREU	1.200,00	1.200,00	180,00	1.020,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS EM APOIO AO DEPART DE ESPORTES E LAZER REF. AO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCAÇÃO.
24/05/2017	002479/2017	ELIO DE SOUSA SILVA	1.559,98	1.559,98	234,00	1.325,98	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS DE PINTURA NO MES DE MAIO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO.
24/05/2017	002482/2017	MARCOS PEREIRA DE SOUSA	1.144,00	1.144,00	171,60	972,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS COM LIMPEZA DO PATIO DO PRONTO ATENDIMENTO NO MES DE MAIO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE.
25/05/2017	002574/2017	ADRIANO ALVES RAMOS	1.185,00	1.185,00	177,75	1.007,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERV. GERAIS NA FUNCAO DE GARR COLHEANDO LIXO DOMESTICO REF. AO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
25/05/2017	002578/2017	DIONISAR FRANÇA DA SILVA	1.185,00	1.185,00	177,75	1.007,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERV. GERAIS NA FUNCAO DE GARR COLHEANDO LIXO DOMESTICO REF. AO MES DE MAIO 2017. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.

Plano2

25/07/2017	003274/2017	MAREUNICE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	172,50	977,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO GERAIS NO SCPV PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.
25/08/2017	004063/2017	DANIELA DE SOUZA BRITO	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS AO PROO SAUCE DA FAMILIA NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE SAUDE.
25/08/2017	004364/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NA USB-NOVA FLORESTA NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE SAUDE.
25/08/2017	004387/2017	SANDRA PEREIRA DA SILVA	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS AO PROO SAUCE DA FAMILIA II NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE SAUDE.
25/08/2017	004374/2017	MARCOS PEREIRA DE SOUSA	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA DO PATIO DO PRONTO ATENDIMENTO PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE SAUDE.
25/08/2017	004376/2017	MARIA FABIANA LIMA DA SILVA	1.480,00	1.480,00	236,80	1.243,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.
25/08/2017	004382/2017	ROSANGELA FARIAS AGUIAR	1.102,35	1.102,35	176,38	925,97	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE FINANÇAS.
25/08/2017	004388/2017	MARIA MARTA ALVES FIGUEI	1.150,00	1.150,00	184,00	966,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS AO CRAS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE PROMOCAO SOCIAL.
25/08/2017	004389/2017	MAREUNICE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	184,00	966,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE PROMOCAO SOCIAL.
25/08/2017	004396/2017	CLEBIA MONELE RODRIGUES DE OLIVEIRA	937,00	937,00	149,52	787,48	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA NA CRECHE MUNICIPAL MARIA VIANA NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECES SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/08/2017	004407/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.600,00	1.600,00	240,00	1.360,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004409/2017	JOSE GONÇALVES PEREIRA DE OLIVEIRA	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004410/2017	PEDRO DE SOUSA ANDRADE	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004416/2017	JESUS CARLOS PINTO	1.543,75	1.543,75	247,00	1.296,75	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/08/2017	004418/2017	SEBASTIÃO DA SILVA SANTOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE LIMPEZA PRESTADOS NO MES 08/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRET DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
15/09/2017	004790/2017	ADILSON DE JESUS LIMA - DETEDIZACAO - ME	370,00	370,00	15,00	355,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E DETEDIZACAO NAS SALAS DO PREDIO DO PACO MUNICIPAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.
19/09/2017	004849/2017	LORVAL SOARES LIMA	300,00	300,00	18,00	282,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
22/09/2017	004818/2017	MULAS SALES DA CRUZ	1.820,00	1.820,00	291,20	1.528,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DPTO DE ESPORTES SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004929/2017	MARCOS PEREIRA DE SOUSA	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA NO PATIO DO PRONTO ATENDIMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004964/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.144,00	1.144,00	183,04	960,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES PSF NOVA FLORESTA SECRETARIA DE SAUDE.
25/09/2017	004875/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE ZELADOR DO CEMITERIO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004876/2017	ADRIANO ALVES RAMOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE ZELADOR DO CEMITERIO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004893/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.500,00	1.500,00	240,00	1.260,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004895/2017	JOSE GONÇALVES PEREIRA DE OLIVEIRA	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004898/2017	PEDRO DE SOUSA ANDRADE	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004898/2017	RAMUNDO JACINTO LIMA	1.685,00	1.685,00	269,60	1.415,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	004894/2017	SEBASTIÃO DA SILVA SANTOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
25/09/2017	005000/2017	JESUS CARLOS PINTO	1.495,00	1.495,00	239,20	1.255,80	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS PRESTADOS NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
26/09/2017	005025/2017	MAREUNICE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	184,00	966,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 09/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE PROMOCAO SOCIAL.
20/10/2017	005493/2017	MULAS SALES DA CRUZ	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES 10/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DPTO DE ESPORTES SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005492/2017	DANIELA DE SOUZA BRITO	1.218,10	1.218,10	194,90	1.023,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES PSF DE NOVA FLORESTA SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005495/2017	ROSILDA DE CASTRO DIAS PEREIRA	1.218,10	1.218,10	194,90	1.023,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES PSF DE NOVA FLORESTA SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005496/2017	SANDRA PEREIRA DA SILVA	1.583,53	1.583,53	253,37	1.330,16	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO MES 10/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES PSF II SECRETARIA DE SAUDE.
20/10/2017	005519/2017	MAREUNICE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	184,00	966,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM SERVIÇOS GERAIS NO MES 10/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE PROMOCAO SOCIAL.
20/10/2017	005537/2017	ADOLFO DE SOUZA SANTOS	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS DE ZELADOR DO CEMITERIO NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005538/2017	ADRIANO ALVES RAMOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF SERV GERAIS RECOLHER LIXO EM GERAL. NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005545/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.500,00	1.500,00	240,00	1.260,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005548/2017	PEDRO DE SOUSA ANDRADE	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005549/2017	RAMUNDO JACINTO LIMA	1.685,00	1.685,00	269,60	1.415,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005553/2017	JESUS CARLOS PINTO	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005555/2017	SEBASTIÃO DA SILVA SANTOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS.
24/11/2017	006175/2017	MAREUNICE PEREIRA SOBRAL	1.150,00	1.150,00	184,00	966,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE PROMOCAO SOCIAL.
24/11/2017	006189/2017	JADISON PEREIRA DE SOUZA	1.500,00	1.500,00	240,00	1.260,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM APOIO EM SERVIÇOS GERAIS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC DE EDUCACAO.
24/11/2017	006234/2017	JOSE MARCOS RODRIGUES	1.600,00	1.600,00	240,00	1.360,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006236/2017	JOSE GONÇALVES PEREIRA DE OLIVEIRA	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006237/2017	PEDRO DE SOUSA ANDRADE	1.300,00	1.300,00	208,00	1.092,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006239/2017	RAMUNDO JACINTO LIMA	1.685,00	1.685,00	269,60	1.415,40	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006242/2017	JESUS CARLOS PINTO	1.358,50	1.358,50	217,36	1.141,14	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006244/2017	SEBASTIÃO DA SILVA SANTOS	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006246/2017	MARCELO MAURICIO SANTANA	1.185,00	1.185,00	189,80	995,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006247/2017	CLEBSON GOMES LOPES	700,00	700,00	71,00	629,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
14/12/2017	006611/2017	CLEBSON GOMES LOPES	1.500,00	1.500,00	125,00	1.425,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS GERAIS PRESTADOS NO OBRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
29/12/2017	007015/2017	RAMUNDO MONATO OLIVEIRA VIANA	495,99	495,99	0,00	495,99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS NO PREDIO DO PACO MUNICIPAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
29/12/2017	007016/2017	ADRIANO ALVES RAMOS	380,00	380,00	0,00	380,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS REFERENTE A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
29/12/2017	007027/2017	LUCIENE COELHO SILVA	12,00	12,00	0,00	12,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAUDE.
Total			166.181,48	166.181,48	24.963,40	141.218,08		

Data	Nº do Empenho	Executor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidado)	Valor Pago	Elemento de Despesa(Descrição)	Descrição
31/01/2017	000270/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	50,00	1.200,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS NA FUNCAO DE VIGILANTE REF AD MES DE JANEIRO 2017. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
31/01/2017	000355/2017	PAULO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	1.645,00	1.645,00	246,75	1.398,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇO NA FUNCAO DE VIGILANTE NA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANCA INTENDENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCACAO.
31/01/2017	000389/2017	MELINDON CONCEIÇÃO DOS SANTOS	1.470,00	1.470,00	230,50	1.240,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇO NA FUNCAO DE VIGILANTE NA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANCA INTENDENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCACAO.
31/01/2017	000387/2017	JOSE ANTONIO MONTEIRO SALES	1.470,00	1.470,00	220,50	1.249,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇO NA FUNCAO DE VIGILANTE NA CRECHE PRO INFANCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCACAO.
31/01/2017	000388/2017	BENITO FERRERA DA SILVA	1.470,00	1.470,00	220,50	1.249,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇO NA FUNCAO DE VIGILANTE NA ESCOLA MUNICIPAL SAO GERALDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/03/2017	001399/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE DO PATIO DA ESCOLA NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001372/2017	ANTONIO ORLEANS LOPES PARENTE	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE NO MES DE MARÇO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/03/2017	001402/2017	CLEIVAN OLIVEIRA RIBEIRO	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE VIGILANTE DA ESCOLA PROFICIENCIA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001403/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE AEE VIGILANTE NA ESCOLA PROFICIENCIA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001409/2017	JOSE ANTONIO MONTEIRO SALES	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE DA ESCOLA SAO GERALDO NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001413/2017	PAULO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	733,96	733,96	110,10	623,86	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE VIGILANTE NA ESCOLA BOA ESPERANCA NO MES 03/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDEB 40 SEC. DE EDUCACAO.
24/03/2017	001418/2017	RAFAEL BEZERRA ALVES	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA

20/06/2017	003089/2017	ANTONIO ORLEANS LOPES PARENTE	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE VIGILANTE NO MES DE JUNHO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
20/06/2017	003103/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE VIGILANTE DO PATIO DA SECRETARIA NO MES DE JUNHO/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
30/06/2017	003238/2017	CLEAVAN OLIVEIRA RIBEIRO	623,89	623,89	93,59	530,30	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE VIGILANTE NA ESCOLA PROINFANCIA(CRECHE) REFERENTE AO MES DE JUNHO 2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003241/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE VIGILANTE NA ESCOLA PROINFANCIA(CRECHE)REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
30/06/2017	003262/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.137,66	1.137,66	170,65	967,01	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE VIGILANTE NA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANCA-EXTENSAO REFERENTE AO MES DE JUNHO/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003262/2017	ANTONIO ORLEANS LOPES PARENTE	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE
25/07/2017	003264/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	187,50	1.062,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 07/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
25/07/2017	003264/2017	CLEAVAN OLIVEIRA RIBEIRO	293,59	293,59	44,03	249,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE VIGILANTE-ESCOLA PROINFANCIA (CRECHE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003264/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.100,97	1.100,97	165,15	935,82	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇO DE VIGILANTE NA ESCOLA PROINFANCIA (CRECHE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/07/2017	003272/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.163,44	1.163,44	174,52	988,92	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NA ESCOLA BOA ESPERANCA-EXTENSAO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004525/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.100,97	1.100,97	176,16	924,81	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO SERVIÇO PRESTADO AAE - VIGILANTE - ESCOLA PROINFANCIA (CRECHE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
31/08/2017	004525/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.100,97	1.100,97	176,16	924,81	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO SERVIÇO PRESTADO AAE - VIGILANTE EM BOA ESPERANCA - EXTENSAO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004936/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.100,97	1.100,97	176,16	924,81	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NA ESCOLA PRO INFANCIA REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
22/09/2017	004936/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.100,97	1.100,97	176,16	924,81	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
25/09/2017	004970/2017	EUVALDO SOARES DA SILVA	1.218,10	1.218,10	194,90	1.023,20	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES PEF BURITI SECRETARIA DE SAUDE.
06/10/2017	005321/2017	ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA	1.200,00	1.200,00	60,00	1.140,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE VIGILANTE NO PREDIO DO FACO MUNICIPAL REF. AO MES 09/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.
20/10/2017	005533/2017	ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA	1.200,00	1.200,00	192,00	1.008,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE REF. AO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005539/2017	ANTONIO ORLEANS LOPES PARENTE	1.250,00	1.250,00	200,00	1.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF. AOS SERVIÇOS PRESTADOS DE VIGILANTE NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VINCACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005551/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	200,00	1.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA REF. AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VINCACAO E OBRAS PUBLICAS.
20/10/2017	005564/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.168,94	1.168,94	187,03	981,91	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005567/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.168,94	1.168,94	187,03	981,91	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 10/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
20/10/2017	005567/2017	ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA	1.200,00	1.200,00	192,00	1.008,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE REF. AO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.
24/11/2017	006212/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.168,94	1.168,94	187,03	981,91	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE(CRECHE) NO MES 11/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
24/11/2017	006229/2017	ANTONIO ORLEANS LOPES PARENTE	1.250,00	1.250,00	200,00	1.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE(NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
24/11/2017	006249/2017	RIZOLINO JOSE PEREIRA	1.250,00	1.250,00	200,00	1.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	NOTA DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE(NO MES 11/17 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE OBRAS.
28/12/2017	006766/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	1.168,94	1.168,94	187,03	981,91	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 12/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
28/12/2017	006769/2017	LUCILENE LEANDRO DE ALMEIDA	1.168,94	1.168,94	187,03	981,91	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 12/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
28/12/2017	006781/2017	DANIEL MONTEIRO DOS SANTOS	775,20	775,20	124,87	650,33	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO A PRESTACAO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE NO MES 12/2017 PARA ATENDER AS NECESSIDADES FUNDEB 40 SECRETARIA DE EDUCACAO.
29/12/2017	007022/2017	DOMICIO RODRIGUES DA COSTA	2.155,32	2.155,32	0,00	2.155,32	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PELA DESPESA EMPENHADA RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS COMO VIGILANTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCACAO.
		Total	69.367,16	69.367,16	5.900,94	63.466,22		



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - Despesa com merenda escolar

APÊNDICE - C

Despesa com merenda escolar



Descrição	Valor
Despesas totais com merenda escolar	152.696,66
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	94.491,00
Total	58.205,66

CONSULTA DE EMPENHOS
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/2017
GERADO EM: 06/06/2018 14:46:50

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Pago+Retenções	Função(desc)	Projeto atividade
07/02/2017	000475/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	5.296,28	5.296,28	5.296,28	5.296,28	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
07/02/2017	000476/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.115,37	2.115,37	2.115,37	2.115,37	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
27/02/2017	000825/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.022,65	2.022,65	2.022,65	2.022,65	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
01/03/2017	000850/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	4.642,31	4.642,31	4.642,31	4.642,31	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
01/03/2017	000851/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	12.510,41	12.510,41	12.510,41	12.510,41	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
01/03/2017	000853/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	4.512,20	4.512,20	4.512,20	4.512,20	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/04/2017	001577/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.036,93	1.036,93	1.036,93	1.036,93	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/04/2017	001578/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	4.182,84	4.182,84	4.182,84	4.182,84	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/04/2017	001579/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.007,51	1.007,51	1.007,51	1.007,51	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
12/05/2017	002296/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	9.569,46	9.569,46	9.569,46	9.569,46	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
12/05/2017	002297/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.533,24	2.533,24	2.533,24	2.533,24	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
12/05/2017	002299/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.773,26	3.773,26	3.773,26	3.773,26	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
25/05/2017	002559/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	7.670,29	7.670,29	7.670,29	7.670,29	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
02/06/2017	002774/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	4.885,08	4.885,08	4.885,08	4.885,08	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
02/06/2017	002775/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.387,40	2.387,40	2.387,40	2.387,40	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/07/2017	003408/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.657,75	1.657,75	1.657,75	1.657,75	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/07/2017	003409/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.101,18	1.101,18	1.101,18	1.101,18	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
04/07/2017	003410/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.285,99	3.285,99	3.285,99	3.285,99	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
07/08/2017	004003/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.091,73	3.091,73	3.091,73	3.091,73	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
07/08/2017	004004/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	4.157,80	4.157,80	4.157,80	4.157,80	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
07/08/2017	004006/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.824,70	1.824,70	1.824,70	1.824,70	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
07/08/2017	004009/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	8.443,51	8.443,51	8.443,51	8.443,51	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
24/08/2017	004301/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.047,81	2.047,81	2.047,81	2.047,81	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
30/08/2017	004484/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.699,17	2.699,17	2.699,17	2.699,17	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
30/08/2017	004485/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	7.523,08	7.523,08	7.523,08	7.523,08	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
30/08/2017	004487/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	7.761,66	7.761,66	7.761,66	7.761,66	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
30/08/2017	004491/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	144,15	144,15	144,15	144,15	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
20/10/2017	005472/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.019,50	3.019,50	3.019,50	3.019,50	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
20/10/2017	005473/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	5.323,34	5.323,34	5.323,34	5.323,34	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
20/10/2017	005477/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	8.017,26	8.017,26	8.017,26	8.017,26	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
13/11/2017	006002/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	7.831,59	7.831,59	0,00	0,00	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
13/11/2017	006003/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.267,62	3.267,62	3.267,62	3.267,62	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
13/11/2017	006004/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	2.690,86	2.690,86	2.690,86	2.690,86	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
06/12/2017	006541/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	5.424,88	5.424,88	0,00	0,00	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
06/12/2017	006542/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	1.886,06	1.886,06	0,00	0,00	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
06/12/2017	006543/2017	MARINHO E CARDOSO LTDA	3.351,79	3.351,79	0,00	0,00	Educação	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
		Total	152.696,66	152.696,66	134.202,34	134.202,34		